



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Bruno Henrique Souza de Jesus

CONSUMO DA VIOLÊNCIA: O CORPO EM MÍDIAS SOCIAIS

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Aláριο
Ennes

São Cristóvão - SE

2021

Consumo de Violência: O Corpo em Mídias Sociais

CONSUMO DA VIOLÊNCIA
O CORPO EM MÍDIAS SOCIAIS

Monografia apresentada ao departamento de ciências sociais da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Ciências Sociais.

São Cristóvão, 2021

CONSUMO DA VIOLÊNCIA
O CORPO EM MÍDIAS SOCIAIS

Monografia apresentada ao departamento de ciências sociais da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Ciências Sociais.

São Cristóvão, ____ de ____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Aláριο Ennes

Prof. Dr. Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia

Prof. Dr. João Dantas dos Anjos Neto

Me. Líliana Araújo Aragão (Suplente)

Dedicado à minha mãe, Eliana.

O corpo existe e pode ser pego.
É suficientemente opaco para que se possa vê-lo.
Se ficar olhando anos você pode ver crescer o cabelo.
O corpo existe porque foi feito.
Por isso tem um buraco no meio.
O corpo existe, dado que exala cheiro.
E em cada extremidade existe um dedo.
O corpo se cortado espirra um líquido vermelho.
O corpo tem alguém como recheio.

Arnaldo Antunes

RESUMO

A sociedade globalizada é marcada pelo consumo, pela individualização através da diluição das identidades e pela disputa de reconhecimento. O presente trabalho busca dialogar com essas frentes e em conjunto com a temática da violência, que é tão pouco questionada enquanto categoria nas pesquisas empíricas no campo da sociologia. Este trabalho de conclusão de curso objetiva analisar como o consumo de imagens de corpos violentados expostos nas mídias sociais afeta a subjetividade dos indivíduos que as consomem. Esta pesquisa surgiu para cobrir a lacuna produzida pelo crescimento de usuários de redes sociais e sua utilização como fonte de informação sobre violência. Partindo desse cenário, busca-se discutir como a violência foi abordada nas ciências sociais, seu consumo, sua relação com processos de estigmatização, identidade, incorporação, banalização, intervenção e luto social. Além do processo de escrita e reflexão teórica, uma etnografia virtual foi realizada em grupos de WhatsApp para analisar as dinâmicas e práticas sociais que giram em torno do consumo de violência. A análise foi feita em três procedimentos: A inserção no campo; A construção dos dados iconográficos; A análise das narrativas produzidas a partir do consumo de mídias. Através da análise e da discussão teórica, foi possível objetivar especificamente a investigação de quais vidas importam e o processo de luto social através das narrativas produzidas pelos interlocutores ao consumir a violência, bem como analisar como o conteúdo compartilhado contribui para o processo de sujeição criminal e como estigmatizações são construídas através da exposição de rostos.

Palavras-chave: Violência; Consumo; Luto Social.

ABSTRACT

Globalized society is marked by consumption, individualization through the dilution of identities and the dispute for recognition. This work seeks to dialogue with these fronts and in conjunction with the theme of violence, which is so little questioned as a category in empirical research in the field of sociology. This course conclusion work aims to analyze how the consumption of images of violated bodies exposed on social media affects the subjectivity of the individuals who consume them. This research was created to cover the gap produced by the growth of users of social networks and their use as a source of information about violence. Based on this scenario, we seek to discuss how violence was addressed in the social sciences, its consumption, its relationship with processes of stigmatization, identity, incorporation, banalization, intervention and social mourning. In addition to the writing process and theoretical reflection, a virtual ethnography was carried out in WhatsApp groups to analyze the social dynamics and practices that revolve around the consumption of violence. The analysis was carried out in three procedures: Insertion in the field; The construction of iconographic data; The analysis of narratives produced from media consumption. Through analysis and theoretical discussion, it was possible to specifically aim the investigation of which lives matter and the process of social mourning through the narratives produced by the interlocutors when consuming violence, as well as analyzing how the shared content contributes to the process of criminal subjection and how stigmatizations are constructed through the exposure of faces.

Keywords: Violence; Consumption; Social Grief.

LISTA DE ABREVIATURAS

OMS - Organização Mundial da Saúde

LISTA DE QUADROS

QUADRO I.....	46
---------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura I.....	32
---------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I– REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE CONSUMO DA VIOLÊNCIA NA MÍDIA E LUTO SOCIAL.....	18
A Violência nas Ciências Sociais.....	18
Representações da Mídia Brasileira Sobre Violência.....	25
O Consumo da Violência.....	29
Luto Social.....	34
CAPÍTULO II – REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE CORPO E IDENTIDADE.....	37
Processos Identitários.....	37
Estigmatização e Auto-Imagem.....	39
A Construção do “Bandido”.....	40
O Corpo na Sociologia.....	45
A Percepção Social do Rosto.....	49
CAPÍTULO III – REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	52
Etnografia em Mídias Sociais.....	52
A Radicalização do Habitus e O Corpo como Ferramenta Metodológica.....	53
Notas Etnográficas.....	56
CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS DADOS.....	60
Corpos Descartáveis.....	60
A Justiça Paralela.....	64
Os Policiais.....	66
A Caça aos Rostos.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Universidade Federal de Sergipe por ser pública, gratuita, um avanço em prol da democracia e da igualdade seja no ensino, na pesquisa e nos projetos de extensão.

Agradeço a Coordenação de Pesquisa da UFS - COPES por 2 bolsas PIBIC que foram fundamentais para minha conclusão de curso.

Agradeço ao meu orientador Dr. Marcelo Aláριο Ennes não só pelo aprendizado construído nas pesquisas, extensões e demais atividades do GEPPIP, também por todas as trocas, por ser uma pessoa compreensiva, ensinar que um trabalho acadêmico é construído de maneira coletiva e por ser um exemplo como pessoa e profissional.

Agradeço a todos os funcionários da UFS e ao corpo docente do Departamento de Ciências Sociais, em especial quatro professores: Tâmara Oliveira, por possibilitar o primeiro contato com extensão universitário no projeto Intersol; Caio Amado, por propiciar o Cecine que foi um ambiente de proximidade e paixão pela filosofia e pelo Cinema; Ivan Fontes Barbosa: por ser um excelente chefe de departamento e amigo; Luiz Gustavo: por todas as conversas, trocas e por me orientar em Iniciação à Pesquisa I.

Agradeço aos membros da banca por ter aceitado os convites para compô-la.

Agradeço a todos os amigos que a UFS me deu, em especial: Juliano Machado, Bruno Silva, Fernando Caldas, Felipe Aragão, Carlos Henrique, Winston Santos, Italo Gordiano, Paulo Renato, Luciana Dinelli, Lucas Vieira, João, Wesley Castro, Victor Luiz, Vitória Nogueira, Hellen Silva, Ana Júlia, Luiz Eduardo, João Victor e Victor Hugo, pela força e pelas alegrias construídas.

Agradeço aos meus amigos de Lagarto, em especial a turma do OLP, Roana Gonzaga, Karine Trindade, Bruno Menezes, Paulynne Roberta, Natália Fernandes, Gabriel Seixas e Fabiano, pelo apoio e memórias construídas juntos.

Agradeço ao GEPPIP, em especial a Allisson, Carol, Dudu, Patrícia, Liliana e Rosinadja, por ser um ambiente tão acolhedor e de construção de ideias.

Agradeço a minha companheira, Letícia Galvão, por sempre se fazer presente, pelo companheirismo, pelas sugestões e inquietações compartilhadas, por sempre estar disposta a ouvir e a falar, e sobretudo, por sempre me mostrar o que é amar.

Agradeço a toda minha família, em especial Eliana (mãe) e Gabriel (irmão) por serem minha base, por toda motivação, educação e amor compartilhado.

Agradeço aos interlocutores que foram fundamentais para a construção dessa pesquisa.

Agradeço a todos e todas que contribuíram diretamente e indiretamente para construção da presente pesquisa.

INTRODUÇÃO

Talvez não exista pior privação, pior carência, que a dos perdedores na luta simbólica por reconhecimento, por acesso a uma existência socialmente reconhecida, em suma, por humanidade.
(Pierre Bourdieu)

Já existia um interesse em realizar uma pesquisa em torno de questões ligadas à mídia, violência e consumo, mas eu pensava em publicar algo em formato de artigo. Felizmente as dinâmicas da universidade e da minha vida pessoal possibilitaram fazer um trabalho de análise mais rigoroso no formato de uma monografia. Tal interesse é fruto de experiências vividas, pois as imagens de amigos que foram torturados por aparelhos repressivos do Estado ou foram *alvejados*¹ e violentados estão presentes em minha memória desde a adolescência.

Como afirma Pontes (2014), vivemos em uma sociedade imagética que produz diversos discursos a partir da produção e do consumo de imagens. Nela, as redes sociais têm sido capazes de gerar um consumo massivo de informações e imagens. Aqui estão incluídas, claro, as imagens violentas.

A violência é tema de interesse quando se pesquisa a sociedade brasileira, já que, de acordo com o relatório anual da OMS de 2018² (o último produzido) sobre as estatísticas da saúde global, o Brasil é o nono país mais violento do mundo: a cada 100 mil pessoas, 31,1 são mortas. Esse número é cinco vezes a média mundial.

No ranking, o Brasil fica atrás de Honduras (com 55,5 homicídios a cada 100 mil pessoas), Venezuela (com 49,2 homicídios para cada cem mil), El Salvador (46 para cada cem mil), Colômbia (42 para cada cem mil), Trinidad e Tobago (41 para cada cem mil), Jamaica (39,1 para cada cem mil). Lesoto (35 para cada cem mil) e África do Sul (33,1 para cada cem mil).

No globo, a média é de 6,4 homicídios para cada 100 mil pessoas, como foi dito anteriormente, um quinto dos números brasileiros. Na África, pôde-se observar

¹ Termo para assassinato que deixa corpo desfigurado para passar uma lição e medo.

² Informações disponíveis no site:

<https://noticias.r7.com/cidades/brasil-e-o-9-pais-mais-violento-do-mundo-segundo-a-oms-17052018#:~:text=Brasil%20%C3%A9%20o%209%C2%BA%20pa%C3%ADs%20mais%20violento%20do%20mundo%2C%20com,a%20cada%20100%20mil%20pessoas&text=O%20Brasil%20tem%20o%20nono,a%20m%C3%A9dia%20mundial%20de%20homic%C3%ADdios.>

a média é de 10 mortes a cada 100 mil, enquanto na Europa apenas 3,3 a cada 100 mil. O continente que mais sofre é a América com 17,9 a cada 100 mil habitantes. No ano de 2016, a Organização Mundial da Saúde afirma que 477 mil homicídios foram cometidos no mundo, 80% foi incorporado a homens e 156 mil mortes aconteceram nas Américas. Apesar da pesquisa ter um caráter qualitativo e não analisar grande parcela da população, foi possível observar, através dos dados da OMS e da discussão teórica, que a violência é um fenômeno global e sistêmico. A partir de reflexões elaboradas sobre os números produzidos pela OMS, em conjunto com os textos teóricos, o problema de pesquisa proposto é: Em que medida o consumo de imagens de corpos violentados expostos nas mídias sociais afeta a subjetividade dos indivíduos que as consomem?

A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar como o consumo de imagens de corpos violentados expostos nas mídias sociais afeta a subjetividade dos indivíduos que as consomem. Os objetivos específicos são: 1) Investigar quais vidas importam e o processo de luto social através das narrativas produzidas por os interlocutores ao consumir violência; 2) Analisar como o conteúdo compartilhado contribui para o processo de sujeição criminal (MISSE, 2010); 3) Explorar como estigmatizações são construídas através da exposição de rostos.

Além da justificativa pessoal que foi mencionada no primeiro parágrafo, a pesquisa tem relevância social não só por se tratar de representações de vidas precárias que são jogadas a morte, mas também para que dê visibilidade da violência a instituições, pois segundo Butler (2019) apesar do corpo ser a parcela mais individual da vida ele assume uma dimensão pública, pois para que o corpo viva ele precisa das instituições. Através da apropriação sociológica dessa realidade e construção de novos discursos se torna possível construir políticas públicas em prol de um *reconhecimento de uma vulnerabilidade física comum* (BUTLER, 2019), principalmente, de corpos precários, pois cria-se normas para reconhecer, tanto na ação legislativa, quanto no imaginário social. O reconhecimento não serve apenas para pensar o indivíduo como ele foi ou é, mas instigar e criar um devir na sociedade para uma transformação, para que essas vidas possam ser vividas com suas respectivas potencialidades, e não cristalice como apenas “corpos morríveis”.

Apesar de existir uma quantidade significativa de pesquisas empíricas interseccionando violência e mídia, como é dito por Misse (2015), elas não discutem violência teoricamente, partem na noção presente na *doxa*. Exemplos destas são as

pesquisas de Andrade, Silva e Ribeiro (2020), Medeiros (2020) e Moraes e Dias (2019). No entanto, também existem pesquisas que fazem trabalho empírico e reconhecem a necessidade discutir a violência teoricamente, como é o caso de Porto (2002).

Tendo em vista essa possibilidade de discutir teoricamente a violência em paralelo à empiria, há necessidade de colocar o corpo como elemento central da violência - pois o corpo é o receptáculo para as emoções e a identidade toda violência é incorporada, já que sem corpo não existe violência (BUTLER, 2015). Essa abordagem, entretanto, ainda não é muito comum. A relação entre o consumo de violência e as redes sociais possui uma relevância sociológica capaz de contribuir para a discussão dessa dimensão. A esta reflexão se propõe no primeiro e segundo capítulo.

Para atingir os objetivos da presente pesquisa, foi utilizado o método de etnografia em mídias sociais (ZANINI, 2016). Além da realização de leituras e reflexão teórica, foram utilizados três procedimentos: a inserção no campo; a construção dos dados iconográficos; e a análise das narrativas produzidas a partir do consumo de mídias.

O primeiro destes, a inserção no campo, aconteceu através do método de Zanini (2016), e consistiu em uma etnografia em mídias sociais que se iniciou no dia 10 de outubro de 2020 e teve a duração de dois meses. Foram pesquisadas, no Instagram, páginas policiais de jornalismo amador que têm preferência por imagens violentas. Para encontrá-las, utilizei o descritor “notícia”, digitado no mecanismo de busca do mesmo aplicativo. Foram encontradas duas páginas ligadas ao tema que prontamente segui. A partir do momento em que as segui, o algoritmo do Instagram recomendou mais seis páginas de conteúdo semelhante. Funciona como um *snowball* feito pelo algoritmo, o que resultou num total de oito páginas seguidas e acompanhadas por dois meses. Estas páginas, por sua vez, serviram de ligação para grupos de WhatsApp, onde o fluxo de compartilhamento de violência e de narrativas é bem maior. Concentrei-me somente em grupos que tratavam da Grande Aracaju para fazer uma análise mais aprofundada, podendo participar com mais atenção de seu cotidiano de mensagens. O segundo procedimento, a construção dos dados iconográficos, foi realizado a partir de uma coleta das mídias dos grupos de WhatsApp (fotos e vídeos sobre casos de violência) em conjunto com suas legendas, um estudo comparativo

que permitisse melhor interpretação do conteúdo a partir de uma análise qualitativa. Através desta etapa, foi analisada a exposição de corpos que sofreram ou praticaram violência e de quais rostos eram exibidos nas mídias sociais.

O terceiro procedimento se caracterizou pelas análises de: a) narrativas produzidas a partir do consumo de mídias; b) análise das mídias postadas nos grupos do Whatsapp; c) análise das legendas que acompanhavam o conteúdo dos vídeos e imagens. Esse material orientou a análise qualitativa que deu origem ao capítulo IV.

Para finalizar esta pesquisa, trago revisões de todas as questões levantadas nos capítulos anteriores, analisando a importância do corpo como uma chave de leitura para o social e a produção de discursos a partir do consumo da violência.

CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE CONSUMO DA VIOLÊNCIA, MÍDIA E LUTO SOCIAL

Violência nas Ciências Sociais

O sociólogo Misse (2015) escreveu um artigo com o objetivo de refletir sobre as dificuldades na discussão conceitual sobre violência. Nele, o autor busca situar a violência como um problema teórico, complexo e não naturalizado. Partindo da hipótese de que o conceito de violência vem se expandindo por conta do avanço do pacifismo e da repugnância a soluções que exijam o emprego de força física, ele argumenta que as discussões que pretendam trabalhar com o conceito de violência têm encarado cada vez mais dificuldade em delimitar unilateralmente seu conceito.

Misse (2015) elabora uma crítica aos teóricos que buscaram as respostas na etimologia das palavras, advertindo que tal perspectiva pode se configurar inútil por não levar em conta as mudanças da sociedade, resultando em uma análise possivelmente anacrônica. No sentido antigo da palavra, *violentia* possuiria um significado mais neutro quando comparado com a contemporaneidade. “*Vis*”, que é referente a força e guerra, e “*potestas*”, que significa força ou domínio, ambas andavam juntas e foram construídas junto ao que o autor chama de modernidade.

O autor argumenta que Walter Benjamin (2011) foi o primeiro a apontar que a ocultação da violência foi fundante para o direito, esse processo acontece com uma aplicação da violência para controlar e punir outros tipos de violência. A disputa de como aplicar o sentido de violência -a disputa é importante porque o que é chamado de “violência” é sempre indesejado e precisa ser expurgado- é parte de uma disputa moderna que idealizava a paz eterna como fruto de um “desenvolvimento”. A modernidade empurra o sentido de violência para a sociedade civil e legitima a violência do Estado. (MISSE, 2015)

Também é apontado que a própria palavra “violência” só é encontrada em línguas latinas e anglo-saxãs entre os séculos XIV e XV. Mais especificamente na língua alemã existe uma dubiedade com a palavra *Gewalt*, pois poderia significar poder ou violência, mas sempre no sentido de forçar, agredir, coagir e impor (MISSE, 2015).

Misse (2015) aponta que ainda na língua alemã, Max Weber (1991) conceitua a palavra *Macht* e busca a mesma união de sentidos de *Gewalt* para

desenvolver uma ideia mais complexa que implica em toda probabilidade de impor a própria vontade em uma relação social, contra resistências, independente da intencionalidade da prática.

O sociólogo Michel Misse (2015) cita um dicionário francês sobre violência pública em 2012, ele possui mil e quinhentas páginas, mas não existe nenhum verbete com a palavra “violência”, pois o dicionário utiliza uma infinidade de termos para definir a violência. Tal obra é evocada para refletir como o conceito de violência é amplo e tem um caráter extenso e a necessidade dos objetivos da pesquisa de Misse que são:

Pretendo examinar neste artigo alguns aspectos teóricos implicados na recente emergência da violência como objeto distinto na literatura sociológica e os problemas que essa distinção coloca para os estudos que, especialmente nos últimos 10 anos, vêm enfrentando o tema como passível de merecer tratamento teórico específico e diferenciado no âmbito da teoria social. (MISSE, 2015, p. 46)

Desde os anos 2000 tem-se o esforço de fortalecer o campo de estudos sobre violência para que ela seja um grande tópico e ganhe autonomia dentro das teorias sociais, sendo estudada com um rigor teórico.

Quando usamos a palavra “violência”, é o sentido da agressão física o que primeiro nos vem à cabeça, especialmente o de uma ação unilateral que envolve a possibilidade ou a ameaça de resultar em ferimentos ou em morte. Não parece haver dúvidas quanto à ligação semântica entre violência e agressão (física ou moral), e esse é o sentido que parece ser amplamente consensual e evidente. (MISSE, 2015, p. 47)

Apesar da violência sempre estar ligada a agressão física no imaginário social, a sociologia nasceu discutindo os conceitos determinantes dos conflitos, das guerras, da interação violenta e da produção de relações opressivas. Misse (2015) mostra que é complexo estudar violência porque fica complicado separar a dominação de classe e a coercitividade da força policial do Estado da violência. A discussão e problemática está abarcada por uma moral para justificar diversos fenômenos, essa moral também está presente nas teorias que pensam em uma “violência justa”.

Misse (2015) aponta que conceituar violência acaba se tornando difícil porque violência não é um conceito, mas uma categoria.

(...) a violência não era um conceito e, dificilmente, viria a sê-lo, por uma razão que me parece ainda hoje muito clara: é uma categoria que, quando deixa de ser meramente constatativa (e, neste caso, polissêmica), torna-se necessariamente performática, normativa e acusatorial. Quase sempre não

descrevemos nem explicamos nada quando recorremos, em nosso cotidiano, à palavra “violência”. (MISSE, 2015, p. 47)

Quase sempre só a palavra “violência” não é suficiente para explicar fenômenos do cotidiano, o uso da palavra implica em uma condição de negação ou aplicar uma questão ao sentido. Com a modernidade se apresentando ao mundo sempre que existe uma ação de violência é reclamada uma ação contrária, a partir dela também ficou difícil compreender a violência sem negá-la. Quando há uma ação violenta sempre é questionado o porquê. O trabalho de campo desenvolvido na pesquisa que deu origem a esta monografia mostra que esses dois tipos de ações são colocadas sempre em prática, o que será melhor discutido no último capítulo.

Misse (2015) fala que um dos grandes problemas nos estudos do campo da sociologia da violência é que quando vão abordar fenômenos violentos sempre questionam a equivalência e o as formas. É colocada uma gama de questões para pensar o que é violência no imaginário social:

(...) “A violência tem tais características”, “a violência é isso”, a “violência é aquilo”, “a violência tomou conta da cidade”, “a violência chegou ao nosso bairro”... Em todas essas acepções há uma sugestiva reificação de processos sociais que incorporam agressão física ou moral, opressão, excesso de poder, crueldade – enfim, uma plethora de ações negativas que parecem ter em comum o que vem sendo chamado, atualmente, de desumanização do outro, mas cujo sentido nuclear é a de um atentado à integridade física ou à dignidade de um ser, e não apenas o ser humano. (MISSE, 2015, p. 47-48)

É importante fazer uma observação minuciosa ao texto de Misse (2015) pois ele usa o termo “incorporação” que vem do latim e significa “no corpo” (In + Corpus), tal observação mostra que violência precisa necessariamente do corpo, pode parecer redundante afirmar isso, mas é necessário apontar o aparecimento e a importância do corpo em práticas sociais, como afirma o Le Breton (2007).

A “desumanização do outro” levantada por Misse (2015) será mostrada empiricamente em discursos produzidos cujo intuito dos interlocutores é a negação da violência através de uma violência legítima. É pertinente o autor se atentar a falar que processos de violência não incorporam somente o ser humano porque a violência também pode ser incorporada em um animal e acarretará em uma reação diferente por parte de quem consome a imagem da violência. Essa diferenciação de reação é um fenômeno que possibilita pensar o valor da vida de um corpo abjeto

(BUTLER, 2002) comparada a um animal em uma sociedade que se alimenta de carne.

Tais reflexões são construídas e reforçadas por questões que o Misse (2015) traz no próprio texto:

Todas as formas de violência são equivalentes ou não? Estruturas de violência equivalem à violência individual? Há violência justa e violência injusta, assim como se pode discutir se há guerras justas e guerras injustas, como fez Michael Walzer? Mais do que isso: se o adjetivo “violento” pede um sujeito, o que pede o substantivo “violência”? Como fazer o substantivo operar analiticamente sem que ele seja tomado, ainda que impensadamente, como sujeito? (MISSE, p. 47)

Muitas vezes a violência é idealizada em pesquisas, por vezes naturalizada, como uma substância que apresenta muitas manifestações ou como um enigma indecifrável, mas existe algo que há em comum em todas essas abordagens: a ideia de “boa humanidade” ou “bem comum” para contrastar. (MISSE, 2015)

Como a violência foi mal interpretada, a grande questão que perpassa as pesquisas recentes é: como pôde a violência não ter se tornado um dos tópicos mais importantes da teoria social até agora? A violência só ganhou a devida importância enquanto temática sociológica nos anos 1990.

Dois dos pais fundadores da Sociologia trabalhavam com o conceito de violência. Marx (2012) - abordava a violência como uma parteira da história - e Weber - aparecia em suas pesquisas sobre Estado Moderno - mas não exerciam reflexões teóricas sobre a categoria, a palavra violência sempre aparecia no sentido do senso comum. (MISSE, 2015)

Anos se passavam e a violência estava presente em diversas discussões como:

Esses são temas tão diversos que podem incorporar diferentes modalidades de violência: os conflitos sociais, os chamados comportamentos desviantes, as criminalidades, as guerras, a violência política, o terrorismo, a exploração colonial, a opressão nas relações de trabalho ou o imperialismo ocupam alguns dos principais comitês de pesquisa das associações científicas internacionais nas ciências sociais, mas jamais a violência, esse substrato presente em todas elas, ganhou estatura teórica própria e tratamento diferenciado. (MISSE, 2015, p. 48-49)

Apesar da violência ser central nessas discussões e carregado de uma polissemia, o termo sempre foi unívoco e já dado sem uma discussão teórica consistente (MISSE, 2015). É impressionante como Misse (2015) aponta que a violência naturalizada por grandes nomes da sociologia:

Quando compareceu em alguns ensaios, ao longo dos últimos 120 anos, a violência foi geralmente tratada de forma “naturalizada” como agressão letal unilateral e intencional, seja como principal contraponto ao poder ou como excesso de poder (Hannah ARENDT, 2009[1970]), ora como sua extensão (Max Weber), ora em oposição à linguagem (Paul RICOEUR, 2008) ou à ação comunicativa (Jürgen HABERMAS, 2012[1981]), seja em contradição com a civilidade (Norbert ELIAS, 1993[1939]; 2011[1939]), mas sempre sob forma negativa e contrafactual. Não é surpreendente, por isso mesmo, essa ausência da violência como um dos tópicos centrais da teoria social no século XX. (MISSE, 2015, p. 49)

Misse (2015) aponta que a sensibilidade teórica para pensar violência passou a amadurecer e ganhar importância com a consolidação dos regimes democráticos da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, com as tragédias das duas guerras mundiais, do totalitarismo, o Holocausto e a Guerra Fria. Por hora, é possível definir que o sentido de “violência” está ligado a uma expansão da sensibilidade moral que irá definir a mesma e estará sujeita a mudança. Nas democracias, a violência toma forma de acusação social.

Com a consolidação das democracias, a violência individual passa a ser um problema, tomando forma de problema ela passa a ser criminalizada, processada judicialmente e reprimida por o monopólio da violência legítima do Estado. Por outro lado, a violência coletiva - não me refiro ao caso dos linchamentos, eles serão discutidos no decorrer do texto - passa a ser repudiada, como no caso das guerras, não foi um impedimento para que elas não acontecessem, mas existia rejeição política e protesto por parte dos movimentos pacifistas do século XX. Os movimentos revolucionários e contrarrevolucionários também passaram a ter rejeição por parte das mesmas entidades e movimentos, no entanto, existe um discurso para recorrer à legitimidade da violência para que aconteça uma mudança social - esse fenômeno também acontece nas guerras. (MISSE, 2015)

Na literatura muitos livros influentes da literatura marxista - os livros de Lênin (2007), Engels (2015) e Sorel (1993) - tratam a violência como recurso para fazer mudanças sociais com a mesma naturalidade que tratam mudanças da via parlamentar. O problema para os autores não é a problematização moral da violência, mas a eficácia em um meio que a via parlamentar é incapaz de mudar. A força física passou a apresentar um caráter de necessário - esse caráter também foi visto em lutas anticolonialistas e críticas ao terrorismo. (MISSE, 2015)

Misse (2015) aponta uma argumentação brilhante de Weber e mostra como o monopólio da violência está ligado a interesses do capital:

Para Weber, cuja sobriedade teórica é reconhecidamente antinormativa, a violência só se torna um “problema” com a expansão do mercado e do capitalismo. Para ele, “o princípio do mercado puro é antagônico ao pragmatismo da violência” – o princípio puro do mercado é, nesse sentido, justamente o contrário do *ethos* guerreiro. (MISSE, 2015, p. 51)

É necessário que a violência fique contida nas forças armadas de maneira legítima e com o controle do Estado, para que um *ethos* de guerreiro da população fique contido (MISSE, 2015). No entanto, o monopólio estatal da violência não fez a violência privada desaparecer por completo, continuou sendo uma maneira de resolver conflitos interpessoais e punir pessoas - vide o aumento de linchamentos retratado por Martins (1996). A disputa não é só pela força física, mas também pela legitimidade de quem irá executar a prática violenta.

Como é muito bem levantado por Elias (1990a; 1990b) a estabilização do Estado Moderno trouxe uma mudança no imaginário social europeu sobre a coação e humilhação pela força física, tal mudança construiu, ao mesmo tempo, como práticas violentas, como violência em um sentido negativo. Mas até que ponto a mudança do *ethos* sobre a violência pode ser pensada no Brasil? Ou melhor, ela pode ser pensada para sujeitos que sua morte é desejada pela sociedade? Por hora, antes de adentrar na discussão empírica, colocar Elias na discussão se faz pertinente por conta da discussão teórica sobre os caminhos percorridos do significado da palavra violência, apesar das limitações do autor para pensar essa temática na contemporaneidade - como bem aponta Wacquant (1998).

Como base em Elias (1990) Misse aponta que o significado de violência foi se descolando da guerra:

O significado de violência não lhes foi anterior, mas foi sendo produzido à medida que tais práticas foram acompanhando o sentido de uma negatividade crescente das guerras e do uso até então “natural” e legítimo da guerra e da resolução de conflitos pela força. A questão moral então disputada não era sobre o emprego da violência: era sobre quem tomara primeiro a iniciativa de atacar o outro ou sobre a justificativa desse ataque. Era a iniciativa da ruptura que passava a ganhar sentido negativo, preparando a passagem semântica para uma definição da violência como agressão unilateral. (MISSE, 2015, p.52)

O sentido da palavra “violência” ficou cada vez mais difuso, a categoria passou a servir para um número cada vez maior de ações e práticas, acompanhando processo civilizador (ELIAS, 1990a; 1990b) que se definiu como de diminuição da violência (MISSE, 2015). No entanto, ao contrário do argumento de Elias, Misse (2015) aponta que, hoje, com uma maior difusão do que são práticas

violentas há mais “violência” que no passado, pois hoje há muito mais ações e práticas interpretadas ou rejeitadas moralmente como violência do que no passado. Partindo desse aspecto, é possível constatar que a violência muda não só pelas práticas violentas, mas também pela moral que está presente na sociedade.

Com o monopólio do Estado a violência passou a ser criminalizada e se juntar no campo teórico que estuda o crime:

O aumento contemporâneo da sensibilidade moral à violência foi responsável pela criminalização de praticamente tudo que, na interação social, pudesse ser interpretado como violência, de tal modo que, com exceção da guerra, no seu sentido convencional – e isso é sintomático e merece atenção conceitual – e do suicídio, hoje praticamente não há violência que não seja criminalizável, e mesmo crimes não violentos são, muitas vezes, representados socialmente como violências. (MISSE, 2015, p. 53)

Para que o processo de criminalização ocorra, o Estado precisa recorrer a práticas violentas que se caracterizam por uma violência legal, legítima, “justa” ou assim é representada (MISSE, 2015). Ou seja, para reprimir a violência se faz necessário mais violência em nome da paz - chega a ser um paradoxo. Misse (2015) aponta que um ideal maniqueísta ocidental de que o contrário da violência é a paz, faz ocultar a enorme necessidade de violência por parte do Estado que monopoliza para conter a “outra” violência.

Ou seja, a disputa por sentido do que é violência também implica em uma legitimação de quem pode usa-la:

Há um problema, entretanto, em toda essa construção, que passa despercebido quase sempre: a paz ou a pacificação depende do exercício de uma violência contra outra, não importando agora se uma é justa e a outra não, pois é da disputa dessa legitimidade que se trata quando se discute o conceito de violência. A sua polissemia decorre de um conflito de legitimação quanto à "qual" violência estamos considerando quando selecionamos um de seus significados a expensas do outro. (MISSE, 2015, p. 53)

Misse (2015) aponta que a violência não é uma caracterização do indivíduo, mas ela acontece de modo relacional, ou seja, na relação social entre dois ou mais indivíduos. A violência implica em uma ação social dotada de sentido que ocasiona em uma ruptura da expectativa comum da sociedade moderna.

Após uma discussão longa sobre violência e teoria social, Misse (2015) aponta que as disputas teóricas em torno do conceito de violência nas ciências sociais contemporâneas são influenciadas por Bourdieu, Nobeit Elias e Foucault, mas as pesquisas empíricas tratam o conceito como o senso comum.

No Brasil existe uma literatura mais recente que problematiza o campo e trata a violência como representação social - parte de um objeto-, dentre muitos autores Misse destaca três: Machado da Silva (1993), Maria Stela Grossi Porto (1999) e o próprio Misse. Entender como representação implica em uma solução pragmática, mas que se sobressai por não buscar fechar em um significado unívoco ou naturalizado.

Misse (2015) reconhece o caráter mais performático do que constativo da violência e opta por o conceito de “acumulação social da violência”:

Prefiro insistir no conceito de “acumulação social da violência” por meio do qual a violência, sem deixar de ser uma representação social, comparece em seu triplo sentido de práticas representadas e acusadas como de violência interpessoal, de violência estatal e de coercitividade da estrutura social, podendo vir a constituir uma causalidade circular acumulativa, pelos agentes sociais e práticas que desempenham, de tempos em tempos, como procurei mostrar em meus estudos sobre o Rio de Janeiro no século XX. Evidentemente, as práticas sociais representadas univocamente como violência podem ser desdobradas em escalas de gravidade e em conceitos menos polissêmicos, como conflito social, controle social, desigualdade social, agressão física, guerra e assim por diante, sem terem que, necessariamente, submeter-se a uma concepção única e consensual do que seja violência. (MISSE, 2015, p. 60)

Misse (2015) conclui apontando que os processos de discussão sobre a questão da violência na teoria social sinalizam uma radicalização do conceito nos últimos anos, geralmente é proposto um conceito forte e abrangente de violência como “redução do ser”, ou seja, pode ir de uma coerção positiva e inevitável fundamentalmente do processo de socialização junto a interação social e se colocando junto a ruptura de resistências à mudança social, até ser naturalizada colocando como incompreensível e inerente a condição humana na forma de crueldade. Selecionar a compreensão da violência como em qualquer interação social, abre uma possibilidade para o caráter mais performático da violência pois deixam todas as outras intrinsecamente como possibilidade.

Representações da Mídia Brasileira Sobre Violência

A importância de pensar a violência sendo representada na mídia é pelo caráter de estruturação social que a mídia apresenta. A mídia produz um efeito catalisador fazendo com que discursos acerca da violência, que já está presente em

diversas esferas sociais, seja intensificado no cotidiano brasileiro e produza efeitos diversos no imaginário social.

Para Bourdieu (1997) o campo jornalístico foi criado com o surgimento de dois aspectos diferente de noticiar, o jornalismo sensacionalista que contém uma maior espetacularização das notícias e com mais opinião, e o jornalismo mais objetivo que os jornalistas não colocam suas opiniões de modo direto e não fazem uma glamourização das notícias.

Com a lógica de capital introduzindo-se em diversos campos da sociedade, pode-se observar que os meios de comunicação - o jornalismo por conta do seu poder de influência - foram contaminados por essa lógica através da publicidade. O mercado usa a publicidade para influenciar o consumo e estruturar a opinião pública, com o desenvolvimento do capitalismo a publicidade fundiu-se cada vez mais com o jornalismo. Essa contaminação fez com que o modelo sensacionalista ganhasse cada vez mais espaço, pois ela vende mais (BOURDIEU, 1997)

O jornalismo através da publicidade faz com que o campo econômico influencie o campo político, o campo cultural e até o campo acadêmico através da mudança de seus objetos e abordagem de determinados temas. A influência muitas vezes é feita através dos “jornalistas intelectuais” ou por a quantidade e escolha de temas frequentes no jornalismo. (BOURDIEU, 1997)

Com a influência do capitalismo faz com que a informação cada vez mais vire produto. Apoiados em Castells (2008) sociólogos apontam para essa transformação:

A transformação da informação em produto exige que ela assuma as características associadas a qualquer processo industrial: a necessidade de uma relação econômica entre o que é produzido e aqueles que consomem essa produção. Assim, a informação se desvincula de sua principal função, que é garantir à coletividade condições de cidadania, visando a instruir, noticiar, indagar, esclarecer e dar forma aos questionamentos da população. (CARVALHO; FREIRE; VILAR, 2012, p. 435)

Porto (2002) aponta que com tamanhas transformações na sociedade:

Novos processos de produção do conhecimento revolucionam os processos de difusão da informação, podendo “criar” um mundo virtual que convive em graus diferenciados de tensão/integração com o mundo real, transformando de modo radical o sentido que venha ser a experiência. Os meios eletrônicos, ao mesmo tempo em que possibilitam a quase simultaneidade entre acontecimento e informação (o mundo é aqui e agora, em tempo real) “poupam os indivíduos, intermediando vários de seus contatos com o mundo, protagonizando a potencialização do “encolhimento do mundo”. Em certo sentido seria o mundo virtual construindo o ‘real’”. (PORTO, 2002, p. 163)

No entanto, existe um outro aspecto importante a relatar:

O outro lado desta mesma moeda transforma o real em espetáculo produzido pelos meios de massa. É o que ocorre, por exemplo, com o fenômeno da violência, transformado em produto, com amplo poder de venda no mercado de informação, e em objeto de consumo, fazendo com que a “realidade” da violência passe a fazer parte do dia-a-dia mesmo daqueles que nunca a confrontaram diretamente enquanto experiência de um processo vivido. (PORTO, 2002, p. 163)

As reflexões teóricas sobre consumo de violência serão aprofundadas no próximo tópico, as considerações feitas anteriormente servem para contextualizar a mídia e associar os casos concretos do universo microssociológico com mudanças históricas e dinâmicas do âmbito macrossociológico.

Agora parto para contextualização utilizando casos concretos de grande repercussão que ocorreram na mídia brasileira. Os presentes casos foram escolhidos por conta da sua repercussão e aparecer de maneira seriada.

O primeiro caso, o sequestro do ônibus 174, aconteceu no dia 12 de junho de 2000, no Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro. Sandro Barbosa Nascimento sequestrou um ônibus e fez os passageiros de reféns, o fenômeno durou 4 horas e foi transmitido pela televisão ao vivo para todo o País. Sandro utilizou as câmeras para fazer ameaças performáticas gritando e colocando a cabeça para fora da janela, também utilizou da cobertura da mídia para escrever frases com batom nas janelas. Toda aquela movimentação aumentou ainda mais a tensão das pessoas que estavam no local e das que estavam consumindo a violência em suas casas. Quando o sequestrador saiu do ônibus com uma mulher sendo usada de escudo humano, um policial se aproximou e disparou duas vezes, ocasionando na morte da professora, e Sandro morreu asfixiado por policiais no caminho da delegacia,

O segundo caso, Rachel Maria, uma menina de 9 anos, que teve seu corpo encontrado com sinais de estrangulamento e violência sexual dentro de uma mala na rodoviária de Curitiba. O caso ficou sendo exibido várias semanas na televisão e foi possível encontrar uma matéria do ano passado em que a mãe da vítima é levada à rodoviária. A mídia focava em passar cada detalhe descoberto sobre o crime, criou-se uma narrativa para gerar um interesse ainda maior da população, fazendo com que se pareça com seriados policiais e de investigação.

O terceiro caso, Suzane Richthofen, aconteceu em 2002 em São Paulo. Suzane tinha um relacionamento que seus pais eram contrários, com esse impedimento ela decidiu com o companheiro forjar um latrocínio para que conseguisse ficar com seu companheiro e receber o dinheiro da herança. Suzane deixou a porta da mansão aberta e seu ex-namorado e ex-cunhado entraram na residência e mataram o casal. O caso foi passado diversas vezes na mídia, tentavam vender a imagem de Suzane como uma psicopata intrigante para o público. Diversas pessoas envolvidas no caso ou com algum parentesco com os mesmos foram entrevistadas, inclusive, a própria Suzane foi entrevistada anos depois. O consumo desse caso foi tanto que rendeu escrita de dois livros e dois filmes foram gravados.

O quarto caso, Isabella Nardoni, aconteceu em 2008 em São Paulo, o corpo da menina foi encontrado no seu condomínio. Após uma investigação foi constatado que ela foi atirada da janela pelo pai e a madrasta foi cúmplice. Em depoimento Alexandre Nardoni, pai, disse que o prédio foi assaltado e que ela foi jogada por outros criminosos. O caso foi amplamente noticiado e até a reconstituição da cena crime foi transmitida ao vivo por uma das maiores emissoras de televisão do Brasil.

O quinto caso, O Sequestro de Eloá Cristina, aconteceu em 2008 em Santo André, seu ex-namorado invadiu o apartamento em que ela estava com amigos. O sequestro foi o mais longo do estado de São Paulo e foi transmitido ao vivo pela mídia. Uma apresentadora entrevistou o sequestrador enquanto as negociações aconteciam, podendo atrapalhá-las. A polícia arrombou a porta e o sequestrador matou Eloá e atirou na amiga que estava com ela.

O sexto caso, O Sequestro Na Ponte Rio-Niterói, aconteceu em 2019 na Ponte Rio-Niterói. Um homem sequestrou um ônibus, o sequestro teve uma duração de 3 horas, foi de 6h da manhã até 9h com a morte do sequestrador por um atirador do BOPE. Assim como no caso do ônibus 174, foi pedido batom para escrever na janela e segundo relatos³ de pessoas que eram mantidas como reféns, o sequestrador não era violento e falava que não ia machucar ninguém, ele só queria “parar o estado” e citava o caso do ônibus 174. O caso foi filmado ao vivo. Esses

³<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/20/sequestro-na-ponte-veja-relatos-de-refens-e-parentes.ghtml>

relatos mostram o grande poder de influência da mídia, pois um sequestro que foi exibido serviu de inspiração para outro, a influência não atinge apenas o inconsciente coletivo, mas também as ações afins dos indivíduos.

Após contextualizar a mídia brasileira, falar dos efeitos de estruturação da mídia e de como a sociedade brasileira foi exposta a casos com tanta espetacularização e exibição de maneira seriada, no próximo tópico será feita uma reflexão acerca desse consumo.

Antes de iniciar a discussão é importante ressaltar que a sociedade contemporânea passou por mudanças, principalmente depois da disseminação das redes sociais o consumo de imagens aumentou em frequência e quantidade, vivemos em uma sociedade que as pessoas estão sempre em contato com a notícia e com o outro através dos seus smartphones. (PONTES, 2014)

O Consumo da Violência

Featherstone (1995) aponta que é necessário que a sociologia focalize o crescimento do consumo enquanto uma “cultura” e não simplesmente tratar como uma demanda da produção. O autor (FEATHERSTONE, 1995) identifica três perspectivas fundamentais dos estudos sobre cultura do consumo: A primeira, a que a cultura do consumo tem como premissa a expansão da produção de mercadorias que deu origem a uma grande acumulação material na forma de bens e locais de compra e consumo. A segunda, a que Featherstone (1995) caracteriza como estritamente sociológica, ela identifica o consumo como uma forma de criar vínculos e distinção. A terceira, se estende a parte emocional do consumo, ao que o consumo provoca no imaginário social e como as emoções dos indivíduos são afetadas.

A presente pesquisa partilha de uma concepção que liga partes das três perspectivas citadas por Featherstone (1995). Da segunda perspectiva é porque o consumo das imagens de corpos violentados implica em uma distinção entre nós e eles. O trabalho de campo mostrou como o consumo dessas imagens criam uma distinção e como estão ligadas a processos identitários (ENNES e MARCON, 2014), pois abanalização da morte e estigmatização de indivíduos que o consumo acarreta estão ligados a alteridade. Dessa maneira, a violência incorporada aos “bandidos” implica em uma destruição do outro e uma afirmação de si, o consumo da

violência reforça a ideia de que vidas são descartáveis e outras são legítimas e podem ter o direito à vida. A primeira perspectiva, é porque foi possível identificar espaços de sociabilidade que são criados para o consumo de violência. Da terceira perspectiva, é porque a presente pesquisa também se enquadra na sociologia das emoções, pois busca-se identificar como o luto social é afetado pelo consumo de violência e aborda questões acerca da dor e do sofrimento.

Além disso, também é pertinente citar Baudrillard (2009) quando se aproxima da semiologia, ele afirma que o consumo implica em uma manipulação ativa dos signos transformando-os em mercadorias. Por exemplo, a mídia e a publicidade manipulam a percepção social e criam, subvertem e modificam signos, tal manipulação gera uso deliberado em diversas relações para que sirvam de mercadoria e produzam um ideal de inovação. Todas essas práticas citadas neste parágrafo implicam em uma sociedade estetizada em que o imagético exerce grande poder e faz com que os consumidores fiquem fascinados com a frequência e a manipulação de signos (BAUDRILLARD, 2009).

Como salienta Bauman (2008) a vida social está organizada com base no consumo desde os primórdios, o consumo é necessário para existência humana, está presente até nas suas necessidades básicas como alimentação. No entanto, a sociedade contemporânea acaba sendo pautada no consumo alienado como uma necessidade ontológica e de reconhecimento, cujo princípio é o descarte.

Bauman (2008) argumenta que o consumo não se torna apenas o ato de compra e os elementos da sociedade não são divididos em *coisas a serem escolhidas* (mercadoria) e *os que as escolhem* (consumidores), a sociedade de consumo se caracteriza pelo *embaçamento* dessa divisão e afeta a subjetividade dos sujeitos.

A subjetividade do sujeito, e a maior parte daquilo que essa subjetividade possibilita ao sujeito atingir, concentra-se num esforço sem fim para ela própria se tornar, e permanecer, uma mercadoria vendável. A característica mais proeminente da sociedade de consumidores - ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta - é a transformação dos consumidores em mercadorias [...] (Bauman, 2008, p. 20)

O principal motivo dos consumidores é a busca e engajamento por uma incessante atividade de consumo para que se destaquem e produzam alteridade em relação aos demais indivíduos. Para Bauman (2008, p. 75) o consumo transcende a compra: “Consumir, portanto, significa investir na afiliação social de si próprio [...]”.

Através da leitura de Bauman (2008) e da pesquisa empírica foi possível perceber que vidas são consumidas em prol de um engajamento social e em forma de uma prática de hierarquização que afeta profundamente a subjetividade dos indivíduos. A sociedade contemporânea também se caracteriza por ser imagética, a fotografia está cada vez mais presente no imaginário social, principalmente, com o aumento do uso das redes sociais, televisão e disseminação do jornalismo via internet, consumo de imagens vem se tornando cada vez mais propício e incentivado. (Pontes, 2014).

Levando em consideração os apontamentos de Bourdieu (1997) e Bauman (2008) as imagens e os vídeos que chegam a pessoas muitas vezes têm o intuito de criar consumidores e acatar os interesses do capital. Com a violência não poderia ser diferente, pois Porto (2002) afirma que a violência é entretenimento no Brasil, cada minuto ou cada acesso representa um valor monetário. Antes de partir para a discussão sobre como corpos violentados expostos podem gerar estruturação do imaginário social e das emoções, é necessário discutir um pouco mais sobre a produção das imagens.

Se faz pertinente levantar a afirmação de Sontag (2004) de que as fotografias ensinam novos códigos visuais, modificam e ampliam o que vale a pena ser observado e o que temos o direito de olhar, constituindo uma ética e uma moral visual. A fotografia não pode ser vista só como o objeto fotografado, deve-se levar em conta o contexto, principalmente, se estiver impressa ou em um jornal, devido como a matéria é formada. É pertinente também levantar as considerações que Susan Sontag (2004) faz sobre o jornalismo usando fotografia, apesar dela considerar o jornalismo como o modo de disseminação mais seguro de imagens e menos traiçoeiro de criar uma ideia de passado, mas ainda assim é uma interpretação, apesar de não haver uma manipulação grande como a escrita, a fotografia ainda leva pedaços desse mundo, ligados a uma interpretação que muitas vezes é dada perante o contexto, como foi falado anteriormente.

A mídia contribuiu para uma mercantilização do sofrimento, como acontece nos casos citados, nos filmes, novelas e diversos programas policiais. A reprodução da violência em imagens não só possui reconhecimento econômico, mas também institucional, como é o caso da fotografia de Kevin Cartner, vencedor do prêmio Pulitzer de 1994. O fotógrafo tirou a foto - que está presente aqui como figura 1 - de uma

criança próxima a um campo de refugiados no Sudão.



Figura 1 - Kevin Carter - O abutre e a menina sudanesa, 1994.

Após a publicação da fotografia no *The New York Times*, houve uma grande repercussão sobre ética na fotografia e sobre o que o fotógrafo poderia fazer naquela situação. Algum tempo depois o fotógrafo, que só atuava em casos de morte e sofrimento, cometeu suicídio. Gerou um debate global sobre ética e fotografia pautado em inúmeras questões. Com base no caso, afirma Koury (2004, p. 136) “O sofrimento social tornou-se uma mercadoria de grande procura no mercado midiático e de políticas públicas internacionais”, mesmo quando o fotógrafo não tem uma intenção comercial, a imagem é usada para tal finalidade.

Koury (2004) também aponta que a imagem também serve para transmitir uma emoção ou lição moral para quem está distante e não pode vivenciar o fenômeno social, que é distorcida por quem domina aquele campo e com a visão das instituições:

(...) a cultura popular se apropria e é estimulada a se apossar de imagens que traduzem o sofrimento social no mundo e que, nesse contexto, se tornam mercadorias. Alvos de retóricas e de representações discursivas e culturais, essas imagens são como restos pouco densos e distorcidos de uma experiência social que se passou distante dos sujeitos que a vêem. Representações culturais veiculadas por meio de imagens traumáticas, tornadas objetos temáticos, hierarquizados e estigmatizados, geralmente sob a égide protetora e intervencionista de uma moral social dominante e suas

instituições. (KOURY, 2004, p. 136)

Koury (2004) aponta que a transformação de imagens de sofrimento em mercadoria e sua disseminação implica em discursos intervencionistas, banalização e estigmatização do sofrimento social. Em consonância com os dados empíricos da presente pesquisa, Koury (2004) aponta que a espetacularização da violência atinge segmentos específicos da população que geralmente são pessoas de zona periférica e indivíduos que cometeram crimes.

Judith Butler, em *Vida Precária: Os Poderes do Luto e da Violência* (2019) levanta uma discussão sobre o poder da fotografia no jornalismo. Começa através da fotografia dos rostos e do poder que elas exercem, até para esconder o luto e a precarização da vida⁴. Ela relata o caso de uma fotografia que estampou a primeira página do The New York Time, nela é focado rostos de mulheres afegãs, estavam a mostra porque tiraram suas burcas, para ela, a foto representou uma ideia de superação do islamismo pelo imperialismo norte americano, a foto daqueles poucos rostos trocaram a representação do luto por vidas de civis afegãs perdidas e precariedade de corpos, por um agradecimento ao exército norte americano e suas mortes no Afeganistão, impossibilitando uma comoção da população americana. Esse texto traz reflexões importantes para analisar como o sofrimento, a dor e a produção devidas precárias acontecem.

Em *Quadros de Guerra: Quando a Vida é passível de Luto*, a partir de Susan Sontag, Butler (2015) faz uma extensa reflexão em relação a fotografia, luto, dor e precariedade, ela utiliza dois trabalhos de pesquisa de Sontag (2003; 2004), concorda com a necessidade de contexto e legendas em fotografias, mas discorda da concepção de que a imagem sozinha pode apenas nos afetar munindo de qualquer compreensão e de que a interpretação depende da escrita e de seus contextos. Butler (2015) discorre sobre interpretação da fotografia e, diferentemente de Sontag (2015) e se aproximando de Bourdieu (1989), para autora a subjetividade de uma interpretação, do gosto, das emoções ou escolhas, perpassa por uma objetividade, e com a fotografia

⁴ Aqui no Brasil é possível ver esse exemplo em um livro de fotografias Pátria Mãe Gentil (Brasil, 2018), o livro está repleto de fotografias de refugiados, que mesmo no chão ou depois de terem sido expulsos estão em todas as fotografias sorrindo, com um discurso bastante apelativo, focando quase sempre em rostos de crianças sorrindo. O livro termina com um penúltima foto de Cristo ajoelhado abraçando crianças, as imagens não mostram nenhum sofrimento ou dor. Aconteceu o que Butler (2019) chama de “cobertura comprometida”, em que o estado controla quais fotografias entram em circulação e como elas entram, para que o Estado tenha o papel de acolhedor, orgulho e seja agregado um status positivo a ele.

não é diferente:

(...) a interpretação não deve ser concebida restritivamente nos termos de um ato subjetivo. Na realidade, a interpretação acontece em virtude dos condicionamentos estruturadores de estilo e forma sobre a comunicabilidade do sentimento, e assim, algumas vezes, acontece contra a nossa vontade, ou mesmo a despeito dela. Por conseguinte, não se trata apenas de o fotógrafo e/ou o espectador ativar deliberadamente interpretarem, mas de a própria fotografia se converter em uma cena estruturadora da interpretação, que pode perturbar tanto o realizador quanto o espectador. (BUTLER, 2015; p. 105)

A fotografia através das mídias atua como uma estruturação da opinião pública, subjetividade e sentimentos, como o exemplo já dado sobre rostos, também é possível levantar o exemplo que ela dá sobre glamourização de guerra através das imagens fotográficas de bombardeios no Afeganistão. A partir deste ponto, é possível refletir acerca do que o consumo de imagens de corpos violentados produz e como é ligada a categoria de “bandido”.

Luto Social

Ao adentrar na discussão sobre luto Butler (2019) se afasta de Freud ao discordar que um luto bem-sucedido ou terminado é quando se troca um objeto por outro, para Butler (2019) deve-se aceitar a perda. A autora aponta que não sabe o que é terminar um luto ou fazer com que ele seja bem-sucedido, ela afirma que o luto na verdade é uma transformação que não sabe-se o que resultará antecipadamente:

Ela não pode dizer para si mesma: “Oh, eu vou passar pela perda desta maneira, e este será o resultado, e vou me dedicar a este trabalho, e vou me esforçar para alcançar a resolução do luto que está diante de mim”. Acredito que uma pessoa é atingida por ondas, que começa o dia com um objetivo, um projeto, um plano e acaba se frustrando. (BUTLER, 2019, p. 27)

A complexidade existe porque a perda não acontece só do ente que se foi ou do lugar, mas existe uma melancolia por trás da perda, uma dimensão enigmática que normalmente há uma compreensão de que é temporário. (BUTLER, 2019)

No entanto, essa perda de laços implica em quem somos, pois o “você” implica no “eu”, Butler (2019) afirma que esses pronomes são usados porque não há um vocabulário para definir, mas pode se considerar com um laço que se estabelece em uma *relacionalidade* constituída não exclusivamente do “eu” e nem exclusivamente do “você”, mas concebido a partir da diferenciação de ambos e de suas relações.

O luto por ser algo bastante subjetivo e se caracterizar por um estado de

solidude - ou solidão- e isolamento, normalmente é compreendido como um aspecto individual, no entanto existe uma força política por trás do luto:

(...) o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética. Se meu destino não é, nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o “nós” é atravessado por uma relacionalidade que não podemos facilmente argumentar contra; ou melhor, podemos argumentar contra, mas estaríamos negando algo fundamental sobre as condições sociais da nossa própria formação. (Butler, 2019, p. 2019)

O luto pode ser uma arma política para desqualificar quem é o nós, definir quais corpos são abjetos e quais vidas são precárias. Pois o nós implica em uma de inclusão apenas de vidas desejáveis, no entanto, como Butler (2018) afirma em *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas para uma teoria Performativa de Assembleia* a inclusão implica em uma exclusão, em uma batalha por reconhecimento sobre quais são as vidas que importam.

Butler (2019) entra em defesa da vulnerabilidade comum, alguns corpos são mais vulneráveis que outros, desse modo, certas vidas provocam mais luto que outras. Butler (2019) não pretende tratar todos a pé de igualdade com o conceito de humano, mas tratar de uma vulnerabilidade comum, referente ao luto, da importância da vida e da produção de mortes que causem sensibilidade e reflexão a sociedade e aos consumidores, invés de serem naturalizadas e por vezes sejam desejadas.

Quem está lendo pode pensar “Por que a imagem é tão importante para o luto social?”, Sontag (2003) afirma que a imagem do sofrimento sem uma legenda possui uma autoridade maior que a narrativa, até porque a imagem tende a influenciar mais as pessoas sobre o que é real do que a narrativa, pois a imagem pode até ser usada de prova - vide o ditado “uma imagem fala mais que mil palavras e como as imagens são usadas nos tribunais- por tal motivo é importante analisar as imagens consumidas nas mídias sociais. Também é pertinente considerar que na sociedade capitalista ocidental o luto social é manipulado pela mídia e pelo Estado, como foi feito na Guerra do Golfo e do Vietnã, pela “cobertura comprometida” levantada por Butler (2015).

Sontag (2003) chama de “consciência política” aquilo que orienta o fotógrafo a produzir uma fotografia condescendente, no entanto, como Butler (2015) aponta, até o enquadramento da imagem está carregado de um valor ético/moral e afetará a

subjetividade do consumidor:

Não precisamos de uma legenda ou de uma narrativa para compreendermos que um contexto político está sendo explicitamente formulado e renovado através do e pelo enquadramento, que o enquadramento funciona não apenas como uma fronteira para a imagem, mas também estrutura a imagem em si. Sea imagem, por sua vez, estrutura a maneira pela qual registramos a realidade, então ela está associada à cena interpretativa na qual operamos. A questão da fotografia de guerra, portanto, não concerne apenas ao que ela mostra, mas também como mostra o que mostra. (BUTLER, 2015, p. 110)

A manipulação desse luto pode acontecer tanto pela banalização da violência, pois como afirma Sontag (2003) a mídia costuma banalizar as mortes com o excesso de exibição, normalizando determinadas mortes como parte do cotidiano das pessoas, quanto pela “cristalização de sentimentos” na ausência da narrativa escrita, fazendo com que um sentimento social substitua o fato ou justifique mortes.

CAPÍTULO II - REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE CORPO E IDENTIDADE

Processos Identitários

O texto escolhido para discutir identidade foi o de Ennes e Marcon (2014), é um artigo que faz uma reflexão crítica sobre os usos da noção de identidade nas ciências sociais, mostrando como o campo se comportou nas últimas décadas. Apontando caminhos para pensar identidade, enfatizando que a identidade não deve ser compreendida como algo essencialista e estático, mas como processo relacional, originado da relação de poder.

Esse texto foi escolhido por conta do trabalho de síntese dos estudos identitários, e por englobar autores que aqui são trabalhados, ser um trabalho de grande relevância na área e apresentar uma reflexão crítica de autores que aqui estão presentes trabalhando corpo.

O artigo é dividido em três partes: *Invenções, usos e crises das identidades; Das identidades aos processos identitários e Processos identitários como objeto da análise*. Sempre buscando evitar a re-essencialização das identidades, analisar as ambiguidades e ambivalências, e compreender os processos de emergência e (re)inserção social de atores em contextos sociais. (ENNES e MARCON, 2014)

Na primeira parte, os autores (ENNES e MARCON, 2014) levantam uma discussão sobre os estudos culturais, iniciando pelas contribuições Raymond Williams e Edward P. Thompson para pensar a cultura como a produção e produto de relações sociais, costumes e produções simbólicas, sempre ligadas à moral, economia e política. A partir dessa perspectiva, é vista a sociedade e a cultura como dinâmicas que são produzidas por tensões, indo de encontro com a ideia de essencialização de certo grupo. Também são feitas considerações sobre o sujeito pós-moderno de Stuart Hall.

Na segunda parte, Ennes e Marcon (2014) salientam autores que de diferentes linhas teóricas e abordagem metodológica que consideram adequados para pensar identidade. Além destes, utilizam outros autores como Norbert Elias e Pierre Bourdieu, que entrarão em discussão aqui, não só pelo caráter relacional da identidade, mas também pela relevância do corpo em suas pesquisas.

É levantado o conceito de configuração de Elias, cujo existe e são constituídos por tramas de poder, em que o equilíbrio é sempre instável e sempre muda com a variação do número e da força dos participantes (2005).

É levantada uma discussão através de Cuche (2002) sobre estratégias identitárias para garantir um melhor posicionamento nas interações sociais, relacionadas ao estigma levantado por Goffman (2008), e a conversão de estigma em emblema de Bourdieu (1989). Mas também alertam, que entender processos identitários como negociações é redundante, já que se caracterizam por estar sempre em movimento, por conta das constantes disputas de poder.

A partir da perspectiva de Woodward (2000), é explicitado que sentimentos como pertencimento e alteridade, são frutos de relações de poder. Pois, o modo que o indivíduo se enxerga no mundo, é resultado das suas escolhas e senso de identificação com determinado processo.

É importante ressaltar a discussão que os autores (ENNES e MARCON, 2014) levantam a seguir, explicitando como a identidade e a diferença não são suficientes para compreender a produção de desigualdade, é importante entender o processo que elas se constituem, como primeiro passo para entender a realidade social. Pois, estudar os processos identitários não podem estar a parte da sua dimensão política, pois, as diferenças não são criadas sem algum motivo, de ordem legal ou cultural.

Considerando a parte exterior aos indivíduos e sua agência, é entendido que os processos identitários e de transgressão, não surgem apenas por um caráter de imanência ou apenas exterior ao indivíduo, mas por ambos os fatores, de diferentes modos a depender de como são passados pelos indivíduos e pelos seus sistemas de significações e poder.

Partindo para a parte mais metodológica, os autores apontam que para pesquisar identidades, é necessário se atentar a quatro fatores: os atores sociais e como as demarcações entre eles ocorrem; o que está em disputa quando a identidade e a diferença são ressaltadas; o que fundamenta a existência das identidades; e o contexto.

O primeiro, os atores sociais, geralmente é confundido com a identidade, mas na verdade são marcadores, é onde o corpo ganha grande relevância, pois os

autores ressaltam os sinais corporais, mas não se restringem apenas ao corpo, gêneros musicais, tipos de dança e diversos outros aspectos também são incluídos.

O segundo, a disputa, pode ser tratado como prestígio, hierarquização social, legalidade e fica bem claro para pensar as implicações de ser considerado um “fora da lei” ou “bandido”. O terceiro, o que fundamenta, é colocado como tradição, costumes, e leis, mas não são forças inatas que estão sempre alheias aos indivíduos, muito pelo contrário, elas nascem da relação de poder.

O quarto, o contexto, é um dos responsáveis por o processo relacional das identidades, pois, as disputas dentro do contexto, acarreta em mudanças de fronteiras e marcadores simbólicos, caso mude o contexto, as disputas mudam, os marcadores simbólicos também, e ocasionalmente, identidades passam por processos de mudanças.

Estigmatização e Auto-imagem

Norbert Elias (2000) no livro *Os Estabelecidos e Outsiders* faz um excelente trabalho analisando as práticas e relações sociais da comunidade, de nome fictício, Winston Parva. Na obra o autor constrói diversos conceitos acerca das dinâmicas e práticas sociais em que oportunidades são manipuladas e grupos são estigmatizados a partir da construção do *outro* e da autoimagem.

As dinâmicas e tensões de poder acontecem em um âmbito do micro na pequena cidade, mas tais práticas podem ser entendidas também no âmbito do macro, pois o rótulo e a incorporação da estigmatização de grupos e lugares é comum em diversas sociedades ocidentais que estão no mesmo processo de industrialização e crescimento urbano, como foi mostrado também no trabalho de Goffman (2008) (ELIAS e SCOTSON; 2000).

Elias (2000) levanta o conceito de *auto-imagem* que consiste em uma crença de um ou mais grupos ser humanamente superior a outros e cria uma relação interdependente de poder, pois essa dinâmica faz com que os indivíduos incorporem essa dominação e sintam-se inferiores perante o grupo dominante. O texto traz reflexões pertinentes para pensar acerca dos mecanismos utilizados por os estabelecidos para perpetuar a crença entre si de que são superiores e melhores comparados aos outsiders (ELIAS e SCOTSON, 2000). Estigmatizações e

processos de hierarquização social não acontecem e se perpetuam de maneira fatalista ou natural, são originadas de processos sociais como traz Ennes e Marcon (2014).

Elias (2000) aponta que são atribuídas características como de imundos, desordeiros que não respeitam leis e normas construídas por um grupo dominante. Os estabelecidos costumam ter medo de serem contaminados e colocam a relação nós/eles não só no mundo das ideias, mas no espaço geográfico.

Apesar do corpo possuir grande relevância na construção de estigmas, as estigmatizações são frutos de processos históricos e disputas de poder ancoradas em uma crença coletiva de distinção entre os grupos. Elias (2000) faz reflexões acerca da importância dos traços físicos para as estigmatizações:

O sinal físico serve de símbolo tangível da pretensa anomia do outro grupo, de seu valor humano inferior, de sua maldade intrínseca; assim como a fantasia do estigma azul, a referência a esses sinais "objetivos" tem uma função de defesa da distribuição vigente de oportunidades de poder, bem como uma função exculpatória. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.36)

A justificativa do sinal físico serve para eximir a culpa do grupo estabelecido, pois naturalizam o estigma e reificam materializando-o no corpo. Essa justificativa serve para perpetuar a hierarquia social e eximir os questionamentos acerca das dominações. Segundo Elias (2000), nem um dos grupos questiona, até porque o grupo estigmatizados naturaliza sua dominação e se sente inferior.

Elias (2000) traz algumas reflexões que foram construídas acerca do processo de estigmatização dos Burakumin povo do Japão, mas servem de caminho para pensar como corpos de sujeitos denominados como "bandidos" são estigmatizados e como existe uma naturalização de características negativas incrustadas em seus corpos. Tal reflexão acontecerá junto às considerações de Goffman (2008) sobre estigma e identidade no próximo tópico e no quarto capítulo.

A Construção do "Bandido"

Tradicionalmente o sujeito social foi pensado na sociologia e filosofia como alguém que quer acabar com o processo de sujeição, a exemplo de Althusser, Butler e Foucault, os indivíduos buscam uma melhor qualidade de vida, transcender o rótulo, caso não transcendam, igualem - vide o momento LGBTQI+,

#blacklivesmatter e muitos outros- se caracterizando como um sujeito revolucionário. No entanto, Misse (2010) aponta que surgiu inicialmente no Rio de Janeiro e logo após se expandiu para o Brasil, o sujeito que é reprodutor das formas de subjugação (ou sujeição) denominado de “bandido”. O assujeitamento desses agentes acontece por interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais (MISSE, 2010).

Misse (2010) aponta que não é qualquer sujeito que comete crimes, mas o sujeito que sua morte é amplamente desejada por parte da sociedade.

Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa. (MISSE, 2010, p. 17)

A mídia tem um papel importante nesse processo, aqui em Sergipe é possível tomar como exemplo o programa Tolerância Zero, da TV Atalaia, apresentado por Baretta. O programa transmite apreensões ao vivo, faz entrevistas com os suspeitos e/ou apenas mostra imagens. Enquanto o apresentador xinga diversas vezes os suspeitos, chama de “bandido” e idealiza como situação ideal a morte do sujeito.

Voltando a discussão sobre sujeito, Misse (2010) faz considerações sobre os estudos culturais e mostra como eles são um dos poucos campos das ciências sociais que não deixou questões de ordem subjetiva - exemplos: “o ator ama?” “o ator sofre?” - para psicologia e filosofia.

O “bandido” incorpora essa identidade de subjugação e ao contrário do indivíduo pensado por Elias (2000) ele não sente vergonha, muito pelo contrário, muitas vezes o “bandido” sente orgulho por ser subjogado como tal, não quer acabar com os processos de dominação e se torna um sujeito anti-revolucionário, antidemocrático e anti-igualitário. Em relação a outras esferas da vida pública, ele é opressor, pois comete violência física a “pessoas comuns”, através dessa dualidade, é possível analisar o rótulo de bandido de maneira relacional assim como os processos identitários (ENNES e MARCON, 2014).

A repressão e a violência acabam acarretando um crescimento, pois existe uma criação de “tipos sociais” criados a partir de marcadores identitários:

A minha questão envolve a constatação de uma complexa afinidade entre certas práticas criminais – as que provocam abrangente sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades – e certos “tipos sociais” de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida. (MISSE, 2010, p. 18)

Essas relações acarretam não só um maior número de violência física, mas também violência simbólica incorporada por emoções. O autor (MISSE, 2010) constrói o complexo conceito de *acumulação social da violência* para tentar abarcar com a teoria social tais fenômenos:

É como se alguns fatores sociais se alimentassem reciprocamente em algo como uma causação circular acumulativa, gerando, de um lado, acumulação de desvantagens para um segmento da população e, de outro, estratégias aquisitivas partilhadas tanto por agentes criminais quanto por agentes encarregados de reprimi-los, de um modo que ganhou diferentes graus de legitimação em importantes camadas da sociedade mais abrangente. (MISSE, 2010, p. 18)

Além de acumular processos negativos para os agentes, existe um aumento de incriminação preventiva de determinados sujeitos que estão dentro do “tipo social” construído por os agentes que o Estado atribui o papel de repressão. Misse (2010) aponta que existe uma cultura do sujeito criminal que acaba sendo difundida e incorporada por outras pessoas.

Tais práticas culturais enaltecem a “vida bandida”, podemos tomar por exemplo a música Real Trap⁵ do cantor Borges, a letra da música enaltece o uso de armas, matar policiais, venda e uso de entorpecentes. Levanto o exemplo, mas sem acarretar um juízo de valor para as determinadas manifestações culturais, até porque dão oportunidade de jovens ascenderem no campo econômico e produzir arte. Em uma análise à luz da teoria bourdieusiana (BOURDIEU, 1989), tal processo pode ser pensado com um estigma sendo transformado em emblema.

A sujeição criminal não é um processo novo no Brasil, existe uma carga histórica datada desde 1950 no Rio de Janeiro. Desse período em diante sempre houve uma justificação habitual para a eliminação física de criminosos comuns, mesmo quando não apresentavam um alto índice de periculosidade (Misse, 2010). Nesse processo passa-se a negação do para o sujeito, pois através da justificação para a exterminação do “bandido” passa a existir a compreensão de que não foi apenas a prática criminal que foi ruim, mas a subjetividade do sujeito que é naturalmente má e incorrigível.

Cria-se uma “ambientação social” propícia para a perpetuação da violência, tal perpetuação possibilitou esquadrões de extermínio e linchamentos em público sem uma grande oposição da sociedade para banir tais práticas (MISSE, 2010). Até porque quando esses grupos que se manifestam sempre atribuem a si o título de “o

⁵ <https://www.letras.mus.br/ngc-flacko/real-trap-part-ngc-borges-e-meno-toddy/>

povo”, atribuem suas práticas “em nome do povo”, “em nome da sociedade brasileira” ou “em nome do Brasil” sempre há um processo de exclusão das pessoas que são “de fora” ou não se alinham a ideologia de quem reivindica o título de representante da sociedade. Pois como é apontado por Butler (2018) essa inclusão e conclamação de si como sendo representante de toda uma sociedade tem como princípio a exclusão, pois para definir-se o que é, se faz necessário definir-se o que não é.

Misse (2010) levanta que quando existe o tráfico em ponto fixo, o processo de rotulação também passa para toda a comunidade que esse ponto habita, tal processo pode ser percebido nas favelas e nos conjuntos habitacionais em que a polícia trabalha empregando maior força física e repressão. O autor mostra que o processo de sujeição criminal não está só nas pessoas adultas, mas também nos lugares:

Nesse sentido, a sujeição criminal também se “territorializa”, ganha contornos espaciais e amplifica-se nos sujeitos locais e mesmo nas crianças e adolescentes cuja sujeição é esperada. Como tal, não pode ser compreendida exclusivamente apenas no plano da interação contextual e do desempenho de papéis sociais, pois se mostra ancorada num plano macro de acumulação social da violência em tipos sociais constituídos e representados por sujeitos criminais produzidos em contextos sócio-históricos determinados. (MISSE, 2010, p. 21)

A sujeição é compreendida como um processo de subjetivação e como um resultado do mesmo através do acúmulo social da violência. Tal dinâmica acarreta a consequência da criação de um mundo à parte, ou seja, “o mundo do crime” que só pertence a outros indivíduos, por isso é importante considerar que o processo de sujeição criminal é um processo de criminalização dos agentes, não das práticas criminais.

Trata-se de um sujeito que “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. (MISSE, 2010, p. 21)

Normalmente a sujeição criminal começa no âmbito do interacional social contextual, mas já sob a referência do estrutural, que não se classifica apenas como os códigos penais, mas também outras normas vigentes dentro da sociedade.

O processo de sujeição criminal é proposto através de três dimensões incorporadas na identidade do “bandido” e dos seus tipos sociais. A primeira:

A primeira dimensão é a que seleciona um agente a partir de sua trajetória criminável, diferenciando-o dos demais agentes sociais, através de expectativas de que haverá, em algum momento, demanda de sua incriminação. (MISSE, 2010, p. 24)

Misse (2010) não constrói o conceito apenas em análise das práticas e trajetória do agente, mas também como o agente está atrelado a redes. Tal perspectiva é mostrada na segunda dimensão apontada por Misse (2010, p. 24) “A segunda dimensão é a que espera que esse agente tenha uma “experiência social” específica, obtida em suas relações com outros “bandidos” e/ou com a experiência penitenciária”.

O conceito é tão abrangente que também foca na análise da subjetividade do “bandido” e crenças em torno dela, como é mostrada pela terceira dimensão:

A terceira dimensão diz respeito à sua subjetividade e a uma dupla expectativa a respeito de sua autoidentidade: a crença de que o agente não poderá justificar sensatamente seu curso de ação ou, ao contrário, a crença em uma justificação que se espera que esse agente dê (ou que possa ser dada legitimamente a ele) para explicar por que segue reiteradamente nesse curso de ação criminável. (MISSE, 2010, p. 24)

Também é importante frisar que o sujeito criminal é fruto de um processo social de constituição de subjetividades, identidade e esferas sociais que participam. Dentre esses processos, é necessário frisar os fatores que fundamentalmente constituem o “bandido”, Misse (2010, p. 25) aponta que o primeiro é “(...) designações sociais que produzem uma específica “exclusão criminal” (através de acusações e incriminações) de agentes que caem na classificação social do que seja delito (crime ou contravenção)”.

O segundo é:

(...) atribuições ao agente (baseada na crença de que sua trajetória confirma, nesse caso, regras sociais de experiência) de uma tendência a praticar crimes, isto é, de seguir um curso de ação incriminável, geralmente com a expectativa de que esse curso de ação venha a ter (ou já tenha) regularidade. (MISSE, 2010, p. 25)

E o terceiro é:

(...) autorrepresentações, no agente, ou representações nos seus familiares, ou mesmo nos seus grupos de referência ou na comunidade em que vive, que ora demandam ou tentam “justificar” ou “explicar” suas práticas e escolhas individuais, ora as atribuem à sua singularidade ou concluem pela impossibilidade dessa justificação. (MISSE, 2010, p. 25)

A inexistência de qualquer um desses três fatores impossibilita a sujeição criminal, mas não necessariamente de cometer um crime ou de ser rotulado como

“bandido”. Agentes que cometem crimes podem incorporar ou não a sujeição criminal, pois não são somente as práticas criminais que constituem o sujeito denominado como “bandido” (MISSE, 2010).

Para finalizar o tópico sobre sujeição criminal é importante ressaltar que a sociedade acredita que a subjetividade do “bandido” é veementemente má e ele está contaminado, só é possível aceitá-lo na sociedade com sua conversão ao cristianismo e se auto representar como “ex bandido”. A representação da maldade está tão ligada ao cerne do indivíduo que para saída da sujeição criminal são necessárias práticas ritualistas semelhantes ao exorcismo que expurga a maldade.

O CORPO NA SOCIOLOGIA

De acordo com Le Breton (2017) é possível recorrer a uma simplificação e dividir a presença do corpo nas Ciências Sociais em três grandes momentos: Uma Sociologia Implícita do Corpo; Uma Sociologia em Pontilhado; Uma Sociologia do Corpo. Um não sucede necessariamente o outro, eles podem coexistir.

O primeiro momento, Uma Sociologia Implícita do Corpo, é caracterizado por não negligenciar o elemento carnal do indivíduo, mas não se debruça diretamente sobre ele e por vezes é contraditório (LE BRETON, 2017).

Como afirma Sorj (2000), o trabalho foi a categoria central na sociologia durante muito tempo, e como também observa Le Breton (2017) muitas vezes o corpo estava presente nessas pesquisas por conta da concepção de que os agentes não podem escapar a sua condição física. Em muitas delas o corpo aparecia para denunciar a exploração das classes trabalhadoras, como as pesquisas que apontam miséria física ou moral, condições insalubres, abuso de bebidas alcoólicas, prostituição das mulheres e trabalho infantil (LE BRETON, 2012).

De antemão ao pensamento social hegemônico contemporâneo de que a corporeidade é fruto do social, a corrente do homem como produto do corpo e a antropologia física defendem que o indivíduo é fruto do corpo biológico. Existiu um fascínio de que o corpo biológico determina as práticas sociais do indivíduo, havia medidas do peso do cérebro humano, os ossos da face eram aferidos para

determinar se o indivíduo era um potencial criminoso, braços longos e peles negras eram estigmatizadas por médicos, antropólogos e policiais. (LE BRETON, 2012)

Le Breton (2012) também discorre sobre a perspectiva da corporeidade para os sociólogos clássicos. A de Marx se manifesta junto às pesquisas anteriormente mencionadas que analisaram o trabalho. Durkheim com sua preocupação de separar a análise social do biológico por conta do paradigma positivista presente na época, acabou escanteando o corpo da sociologia, pois atribuía a dimensão corpórea ao conhecimento médicos e biológico.

Erroneamente Le Breton (2012), afirma que apesar da influência de Nietzsche, Weber acaba ignorando a dimensão social do corpo. A leitura de Le Breton (2012) não abarca o texto de Max Weber (1991) *Relações Comunitárias Étnicas*, cujo o autor dá uma grande ênfase a aspectos corpóreos como cabelo, barba e cor da pele.

Também é importante afirma que mesmo não sendo sociólogo, Freud se encaixa nesse momento por conta da sua atenção com o corpo e a perspectiva de que o corpo é uma estrutura simbólica nos seus estudos sobre o inconsciente. (LE BRETON, 2012)

A sociologia pontilhada é um momento que se caracteriza por possuir sólidos elementos de análise relativos ao corpo, mas não elabora uma sistematização destes signos. O autor divide esse momento em duas contribuições que são elucidadas no quadro I:

Contribuições Sociológicas	Robert Hertz (Preeminência da Mão Direita) Georg Simmel (Constituição Sensorial do Homem) Marcel Mauss (Sentimentos, Ideia de Morte e Técnicas do Corpo) Escola de Chicago (Algumas Monografias da Década de 20 e 30 Sobre Cidade e Corpo) Nobert Elias (Costumes e Etiqueta) David Efron (Cultura e Gestos) Goffman (Estigmatização)
-----------------------------------	--

Contribuições Etnológicas	M. Leenhardt (A relações dos Orgãos Com a Natureza) Franz Boas (Modificações Corporais) B. Malinowki G. Roheim Edward Sapir De Martino Roger Bastide Huxley Bateson Lévi-Strauss Margaret Mead
----------------------------------	---

QUADRO I - Autores e Contribuições Para A Sociologia do Corpo Pontilhada

Por se tratar de um livro sociológico, o autor discorre mais sobre as contribuições sociológicas sobre o corpo. Muitas delas estão ligadas às relações de poder que perpassam o corpo, como o processo civilizador de Elias e o brilhante trabalho de Hertz sobre a predominância simbólicas dos destros em relação aos canhotos. As outras análises nessa parte do quadro estão relacionadas às formas de significações atribuídas ao corpo, chegando a analisar o poder como consequência das mesmas.

Nas Contribuições Etnológicas Le Breton (2012) não especifica como cada autor trabalhou como nas Contribuições Sociológicas, mas aponta que muitas pesquisas serviram para criticar a noção ocidental de corpo cartesiano. É apontado que tais pesquisas que descrevem o ritualismo e o imaginário social de sociedades não ocidentais ajudaram a criar um cenário mais favorável para pensar a corporeidade no campo sociológico.

A Sociologia do Corpo é caracterizada por inclinar-se mais diretamente sobre as lógicas sociais e culturais que se manifestam no corpo. Mesmo se mostrando como um campo heterogêneo, a sociologia do corpo busca compreender a dimensão corpórea enquanto estrutura simbólica para adentrar em suas representações, imaginários, sensações e percepções (LE BRETON, 2017).

Como se sabe, as sociologias nascem em zonas de ruptura, de turbulência, de falha das referências, de confusões, de crise das instituições, numa palavra, lá onde é desenhado o fio condutor do pensamento aplicado na compreensão e na determinação de conceitos, naquilo que escapa temporariamente aos modos habituais de idealização do mundo. Trata-se de dar significação à desordem, aparentemente, de encontrar as lógicas sociais e culturais. (LE BRETON, 2017, p. 11)

É possível ver o fio condutor da sociologia do corpo no final dos anos 1960, essa sociologia não é criada subitamente por esperteza dos sociólogos e antropólogos de 1960 e 1970, pois não se deve confundir a emergência de uma nova preocupação empírica e teórica, proliferação de práticas científicas e discursos que fizeram culminar uma disciplina, com uma descoberta de um novo objeto de estudo. (LE BRETON, 2017)

A sociologia aplicada ao corpo cruza (e é bom que cruze) outros campos das ciências sociais e biológicas, como a história, a etnologia, a psicologia, a psicanálise, biologia, medicina e mais algumas outras (LE BRETON, 2017). Afinal, o corpo implica a condição de vida, de conhecimento e de práticas sociais do agente (BOURDIEU, 2007). É necessário compreender o corpo em conjunto com o seu contexto, pois como Le Breton (2017, p.92) compreende “O corpo é a interface entre o social e o individual, entre a natureza e a cultura, entre o fisiológico e o simbólico (...)”.

A sociologia do corpo é compreendida como um canteiro de obras, pois ainda está em construção. Apesar de aparecer desde a obra de Marx, só apareceu de maneira sistemática no final dos anos 1960, e desenvolveu em várias direções. Criou-se um otimismo em relação ao seu desenvolvimento, pois a sociedade passa por um processo intenso de bricolagem cultural (que culmina em modificações corporais) e existem pesquisadores que trabalham em tempo integral na construção da corporeidade como um objeto.

É preciso ressaltar que Bourdieu (2014) fez uma compreensão relevante para pensar uma metodologia para o corpo, pois o autor compreendia o corpo não só como um receptáculo dos processos sociais, mas também como linguagem, pois, os processos que os indivíduos passam deixam marcas no corpo que servem para produção da percepção do pesquisador. Muitas vezes o indivíduo pode esconder aspectos da sua vida social e mascará-los nas narrativas, mas seguindo o pensamento bourdieusiano, pode ser possível percebê-los através do corpo:

Porque o corpo é aquilo que há de menos controlado e controlável conscientemente; aquilo que contamina e sobredetermina, com suas mensagens percebidas ou não percebidas, todas as expressões intencionais, a começar pela fala. (Bourdieu, 2014)

Algumas diferenciações teóricas se manifestam nos argumentos de Butler (2019) apontando que o corpo é discurso e que a incorporação estaria ao lado da sujeição, ou seja, impede uma construção invariável de si.

Não obstante das diferenciações teóricas, é importante ressaltar que o corpo social e incorporado também toma centralidade nas teorias feministas pós-estruturalistas, como cita Butler (2019, p. 30):

O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência, e os corpos também ameaçam nos transformar na agência e no instrumento de tudo isso. Embora lutemos por direitos sobre nossos próprios corpos, os próprios corpos pelos quais lutamos não são apenas nossos. O corpo tem sua dimensão invariavelmente pública. (BUTLER, 2019, p. 30).

Ambos os autores são fundamentais para pensar como o corpo tomou centralidade em sistemas teóricos.

A Percepção Social do Rosto

A sociedade contemporânea é caracterizada pelo individualismo cada vez mais constante, pela diluição das identidades, pela bricolagem cultural, uma fluidez nas sociodinâmicas e relações sociais, e sobretudo pelo consumo. Tudo acontece mais rápido e está mais dividido, inclusive a forma de consumir. O consumo acontece como expressão da identidade e o corpo por ser um marcador identitário não está alheio a ele. O consumo para realizar modificações corporais (como aplicação de maquiagem, piercing, tatuagem, roupas...) são uma manifestação da individualização do ser na sociedade contemporânea, o corpo é a expressão mais individual da identidade. No entanto, ainda existe um maior fator de individualização e identificação no corpo, o rosto. (BAUMAN, 2007; LE BRETON; 2012; 2018a; 2018b; 2019a; 2019b)

Nas nossas sociedades individualistas, o valor da face se impõe exatamente onde o reconhecimento de si ou dos outros se faz a partir da individualidade e não sobre as formas de pertencimento a um grupo ou a um lugar que ocupamos em uma linhagem. A singularidade da face responde à singularidade do homem. Dito de outro modo, a singularidade da face corresponde à mesma singularidade do artista, dos valores de sua existência, responsável e autônoma por suas escolhas. (LE BRETON, 2017, p. 154)

O rosto é inventado para ser retratado como uma expressão mais íntima do ser, assim como sua subjetividade é tido como fundamentalmente humano. Na cultura ocidental a invenção social do rosto também existe para separação social entre homem, animal e Deus. A percepção social do rosto não está presente no animal e Deus não é retratado com rosto em pinturas, obras cinematográficas e até mesmo na Bíblia. (LE BRETON, 2019)

O indivíduo se joga ao mundo através do seu corpo, separa-se do mundo e do outro por a sua individualidade presente na corporeidade, e cria-se uma teia de reconhecimento que serve para percepção de si e percepção do outro através da diferença. Os elementos percebidos que geram a diferença não são apenas fisiológicos, mas também sociais, como as modificações feitas na face com maquiagem, piercings e mudanças no cabelo. (LE BRETON, 2019)

Apesar do rosto ter essa dimensão estética de reconhecimento, ele também é fruto da percepção das emoções do outro. As emoções são compreendidas como fruto do social, e as maneiras que são manifestadas influenciam o outro, pois são reconhecidas através da incrustação no rosto e pelas expressões. A ausência dessas expressões ou manifestação de outros modos, podem gerar uma estigmatização (como rostos de cegos e autistas, pois não possuem a sua manifestação visual do rosto) ou manipular um processo de emoções sociais (como nos casos discutidos no capítulo IV). (LE BRETON, 2017; 2019.)

O rosto também é o foco da fotografia na sociedade ocidental, em menos de um século após a invenção da máquina fotográfica ela já era usada pela polícia e pelos jornalistas para estigmatizar pessoas que tinham cometido algum crime ou fosse suspeito. A fotografia do rosto toma uma centralidade tão grande na sociedade ocidental que estampa até os documentos de identificação que servem de controle do Estado, fazendo com que o rosto não se mantenha apenas na percepção dos agentes, mas também como controle institucional. (LE BRETON, 2019)

Como foi dito anteriormente, Judith Butler, em *Vida Precária: Os Poderes do Luto e da Violência* (2019) traça uma discussão sobre fotografias de rostos e do poder que elas exercem, até para esconder o luto e a precarização da vida. Rostos de mulheres afegãs estampam a primeira página do The New York Times, eles estavam a

mostra porque elas tiraram suas burcas, a foto representou para sociedade uma ideia de superação do islamismo pelo imperialismo norte americano, pois a foto daqueles poucos rostos trocou a representação do luto por vidas de civis afegãos perdidas e precariedade de corpos por um sentimento de libertação, agradecimento ao exército norte americano e suas mortes no Afeganistão. A partir desse texto é possível fazer reflexões acerca de como a dor pode ser escondida ou celebrada através do consumo de fotografias dos rostos.

REFERENCIAL METODOLÓGICO

Etnografia em Mídias Sociais

A etnografia é um método clássico da antropologia e sempre esteve em debate no campo antropológico. Com os resultados satisfatórios que foram obtidos, outras ciências começaram a se apropriar do método. No final do século XIX e no início do século XX a etnografia visou sociedades distantes de onde estava a produção acadêmica européia, anos depois a antropologia passou a estranhar cada vez mais, até o que estava perto - vide o exemplo de Gilberto Velho (1989) que fez uma etnografia do próprio condomínio para estranhar o cotidiano. Com a chegada das redessociais, a etnografia foi adaptada para que pesquise nesses novos espaços de sociabilidade - ou como define Bosco (2018) no novo espaço público.

Como é bem colocado por Wacquant (2011) o pesquisador deve ir a campo munido de teoria para que sua observação seja precisa. Para esta tarefa utilizei as considerações de Zanini (2016) sobre etnografia em mídias sociais. Irei adentrar na discussão de como fiz o recorte e minhas observações e ações no próximo tópico, no momento falarei das precauções tomadas para que a pesquisa seja consistente e para que minha presença não prejudicasse o fluxo de informação e as dinâmicas de dentro do campo. Uma etnografia virtual perde alguns aspectos que só em meio a uma vida tangível oferece, no entanto, ganha em perceber especificidades das mídias sociais e o pesquisador tem a vantagem de se passar despercebido e evitar constrangimento que o interlocutor possa vir a ter.

Logo adianto que por questões éticas todos os nomes presentes são fictícios e nenhuma imagem que foi compartilhada nos grupos de WhatsApp será exposta, pois não teve como obter autorização delas e todas foram feitas sem autorização dos fotografados e dos familiares dos mortos e torturados.

No que chamo de pré campo (termo que será discutido no próximo tópico) utilizei minha conta pessoal do instagram para seguir os perfis policiaiscos amadores de notícias, no meio de tantos seguidores passei despercebido, pois não comentava e nem curtia as publicações. No campo, usei minha conta pessoal do WhatsApp, no entanto só pessoas que eu tinha salvo o contato na agenda do meu celular poderiam ver minha foto do perfil e meu status. Tomei precauções para preservar minha

identidade não salvando contato dos participantes na agenda do meu celular e mudei meu nome no WhatsApp para o pseudônimo “Gabriel García”.

Para registro dos dados utilizei o caderno de campo apenas para captar minhas percepções e fazer algumas análises. Os relatos e as fotografias ficaram salvas no meu smartphone e no drive - fazia um backup diariamente por precaução. Para uma melhor análise, busquei fazer uma pesquisa qualitativa com as imagens, os vídeos e os relatos presentes nas mídias. Separei os tipos de imagens compartilhadas em três grupos: Corpos Descartáveis; A Justiça Paralela; e A Polícia. Dentro desses três grupos, existe um subgrupo que está dentro do primeiro e do segundo que são “A Caça aos Rostos”. Finalizo esse tópico e passo para o seguinte para discutir o processo corpóreo como uma ferramenta metodológica e a importância do *habitus* aplicado ao próprio pesquisador.

A Radicalização do Habitus e O Corpo do Pesquisador Como Ferramenta Metodológica

Pode parecer estranho o corpo do pesquisador aparecer como ferramenta metodológica, ainda mais em uma pesquisa cujo método foi a etnografia virtual. Antes de adentrar na discussão, gostaria de ressaltar que mesmo ancorado em alguns autores, ainda se caracteriza como um esboço visto a sua potencialidade e poderá ser melhor desenvolvido no futuro.

Durkheim (1996) em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* reconhece a importância das emoções para analisar o social, ele mostra que o estado afetivo que um grupo se encontra reflete nos processos sociais incorporados por ele. Segundo Durkheim, as emoções também ajudam a constituir a moral da sociedade e a preservar os costumes por meio da coerção social - vide o exemplo dado no livro sobre como uma família é vista quando não sofre e não chora quando vai sepultar um membro

Apesar de Durkheim representar um grande avanço, parto da concepção de que o corpo é o receptáculo para as emoções (ELIAS, 1990a; 1990b; LE BRETON; 2019a) através da sua existência, não só por estar jogado ao mundo e percebendo-o, mas também por ser objeto de disputas, como é mostrado por uma infinidade de autores.

Depois das considerações iniciais acerca de corpo e emoções, é importante salientar a necessidade de uma reflexividade reflexa proposta por Bourdieu (1989), através dela é possível ver o pesquisador dentro da pesquisa, não é apenas como um observador, mas enxergá-lo como alguém que está em um local que produz uma determinada visão pois ocupa uma função dentro de um sistema simbólico. Partindo dessa prática para pesquisa, é possível fazer uma reflexão a partir e sobre a sua própria reflexão - nesse caso refletirei sobre as minhas emoções ao me deparar com o campo de pesquisa.

Wacquant foi muito perspicaz em sua etnografia e modo de observação nas pesquisas sobre o Gueto em Chicago (2002). Em um artigo Wacquant (2011) descreve como foi o processo de pesquisa, como sua etnografia foi feita e sua relação com o conceito de *Habitus*. Wacquant inicialmente passou a praticar boxe para melhorar a saúde, no entanto, se deu conta de que o boxe seria grande caminho para a sua pesquisa e passou a praticar frequentemente e com seriedade durante três anos, chegando até a cogitar a abandonar a carreira na sociologia para virar boxeador profissional, tal imersão possibilitou analisar a academia de boxe e suas dinâmicas sociais com uma enorme profundidade.

Corpo e Alma oferece uma radicalização empírica e metodológica da teoria do habitus de Bourdieu. Por um lado, abro a caixa preta do habitus pugilístico revelando o processo de produção e montagem das categorias cognitivas, habilidades corporais e desejos, os quais definem conjuntamente a competência e aptidão específicas do boxeador. Por outro lado, faço uso do habitus como ferramenta metodológica, ou seja, me coloco no vortex local da ação para dessa maneira adquirir através da prática, em tempo real, as disposições do boxeador no intuito de elucidar o magnetismo próprio ao mundopugilístico. (WACQUANT, 2011, p. 15)

A pesquisa possibilitou Wacquant (2002) não só usar a visão, audição e reflexividade como é feito em muitas etnografias, mas também possibilitou usar o seu corpo por inteiro, para sentir a dor, a adrenalina de quando sobe no ringue e muitas outras percepções que só a vivência possibilitaria.

Wacquant (2011) levanta pontos interessantes, principalmente para refletir acerca da observação participante e propor uma reinvenção através da *participação observante* repensando a interação com os interlocutores:

(...) “vire nativo”, mas “vire nativo armado”, ou seja, equipado com suas ferramentas teóricas e metodológicas, com um estoque cheio de problemáticas herdadas da sua disciplina, com capacidade de reflexividade e análise e guiado, uma vez que você tenha passado pelo drama da iniciação, por um esforço constante para objetivar a experiência e construir o objeto ao invés de se permitir ser ingenuamente tomado e construído por ele. Vá em frente, vire

nativo, mas retorne sociólogo! No meu caso, o conceito de *habitus* serviu tanto como ponte para entrar na fábrica do conhecimento pugilístico e analisar metodicamente a textura do mundo do (em) trabalho do pugilista, quanto como escudo protetor contra a ilusão da enrolação subjetivista que confunde análise social com contação de história narcisista. (Wacquant, 2011, p. 16)

Baseia-se em uma íntima experiência que o corpo captura *en vivo* com a produção dos esquemas de percepção, apreciação e ação que são compartilhadas. O método recorre a uma reflexividade sobre os processos que o corpo passou, aquilo que foi incorporado pelo etnógrafo. Utiliza-se a compreensão do próprio corpo como chave para entender o social, fazendo com que o objeto do pesquisador não seja o próprio corpo, mas o campo em que ele está inserido.

Já adianto parte da minha discussão etnográfica neste tópico para refletir acerca do horror e do choque ao consumir a exposição da violência e posteriormente a perda delas através da banalização da violência, tal fenômeno passou a acontecer quando entrei nos grupos de WhatsApp e passei a consumir imagens violentas em um fluxo intenso. Apesar do meu corpo não estar socializado no espaço geográfico junto aos interlocutores e as práticas sociais, ele socializa nas redes sociais digitais. O ambiente virtual não elimina o corpo da socialização, como é abordado por Le Breton (2018), na verdade, ele socializa-o através das percepções do mundo, do outro e de si, incorporando conhecimentos práticos e objetivados.

Quando iniciei o pré campo eu já ficava horrorizado com todas as mortes e cenas de torturas que eram capturadas e expostas, muitas vezes evitava ver as mídias durante a noite pois era difícil de dormir. Quando passei para os grupos do WhatsApp algumas imagens - como as de cadáveres - eram “naturalizadas” para mim, no entanto as de tortura ainda me deixavam nauseado e eu não conseguia abrir. Passei uma semana com um vídeo no meu celular sem conseguir assistir, nele um “bandido” era amarrado e espancado.

Poucos dias após receber esse vídeo mencionado, passei a ter uma tolerância maior quanto ao consumo desse material, até receber um vídeo de uma criança que foi agredida brutalmente, foram vários dias pensando no caso. Com um tempo no campo e com o consumo da violência, pude comparar quando uma violência é incorporada a indivíduos que são denominados “bandidos” com violência incorporada crianças, animais e até mesmo indivíduos comuns, pude perceber que são sensações diferentes, que apesar do horror ser parecido no início, ele se diferencia ao consumir a violência.

Não cheguei à conclusão de que vidas valem mais que as outras e sobre a

necessidade reconhecimento da vulnerabilidade comum apenas a partir das minhas sensações e percepções, pois como sustenta Weber (2001) o pesquisador está carregado de valores que podem atrapalhar a pesquisa. No entanto, a reflexão acerca das sensações e emoções do pesquisador servem para ver como as dinâmicas do campo também são incorporadas ao cientista social e perceber que o campo também possui valores morais que podem alterar os valores do pesquisador e atrapalhar a pesquisa.

Portanto, o corpo, as sensações e as emoções não servem para uma análise primária do social, mas pode ser um bom mecanismo para que o pesquisador reflita a respeito das práticas sociais, desde que o pesquisador tome os devidos cuidados éticos e se policie contra os valores incorporados enxergando-os como tal. Concluo afirmando que o pesquisador não deve se afastar do seu senso comum, dos seus valores e das suas percepções, ele deve usá-los como arma de pesquisa para fazer uma autoanálise e buscar analisar como essas prenoções impactaram na construção da pesquisa e como o campo pode impactar neles.

Notas Etnográficas

Como já foi dito anteriormente, a pesquisa já era pensada por conta da justificativa pessoal mencionada na introdução. No entanto, era em formato de um artigo, ou seja, o que seria relatado na pesquisa teria outro formato, no formato de monografia tenho mais liberdade para estender minha discussão empírica e dos processos da construção do campo.

Em julho de 2020 eu passei a seguir algumas páginas de notícias de Sergipe, foquei nas páginas amadoras e policiais por conta da ausência do filtro que normalmente a grande mídia tem e por conta da rapidez da notícia (inclusive, havia uma página que mencionava que seu grande referencial era a rapidez e chegava a fazer transmissões ao vivo junto a polícia em cenas de crime) e exibindo uma grande carga de personalidade. A carga de ódio destilada nas legendas e nas falas me inquietava bastante, pois não era comum nas mídias tradicionais.

Para a monografia, decidi focar em páginas que noticiavam acontecimentos da Grande Aracaju para fazer uma análise mais aprofundada das páginas do Instagram. No entanto, me deparei com uma dificuldade, algumas publicações eram excluídas pela própria rede social por conta de denúncias e violações dos termos dos usuários do

instagram. Não era possível capturar todas as narrativas que eram postadas através de comentários nas publicações do instagram, pois quando eu iria conferir se havia mais comentários, muitas vezes a publicação era retirada do ar, eu tinha que ficar monitorando constantemente.

No dia 09 de outubro de 2020 houve uma tentativa de estupro a uma menina de onze anos, no município de Socorro, o estupro foi impedido por conta de uma pessoa que passava pelo local e filmou. Em menos de uma hora o registro passou a aparecer nas páginas do instagram de maneira viral, os compartilhamentos foram até noticiados em jornais. No vídeo aparecia o homem deitado com a vítima no meio do mato e depois ele fugindo.

A página Notícias 24 Horas passou a compartilhar o vídeo e mensagens para que se alguém tivesse alguma informação sobre o caso entrasse em contato enviando uma mensagem pela página do instagram ou no WhatsApp. A partir desse relato passei a mirar meu olhar sociológico para o processo que estava atrás do instagram, percebendo que existia uma camada anterior ligando às páginas do instagram às imagens postadas.

Enviei uma mensagem para a página Aracaju Notícias pedindo para que me colocasse no grupo de WhatsApp da página, o administrador me respondeu e colocou-me no grupo de Agora Notícias que possuía cerca de 200 membros - existiu um fluxo de entrada e saída de membros, mas o número sempre se aproximava de 200.

Em seguida, mandei mensagem para as outras páginas que eu segui, só obtive respostas positivas da Sergipe Alerta Notícias e da página Informações Policiais. O restante das páginas respondeu falando que não poderia colocar mais pessoas e outras páginas não me responderam ou disseram que não possuíam grupos no WhatsApp. Entrei no primeiro grupo, Aracaju Notícias, no dia 10 de outubro de 2020 e nos outros dois grupos um dia depois.

Em poucos dias observando e analisando os grupos de WhatsApp, pude perceber que havia mais interações do consumidor, diferente do Instagram, as pessoas pareciam se sentir mais confortáveis para expressar opiniões nos grupos de WhatsApp - suponho que seja por parecer um lugar mais íntimo e fechado. Também me deparei com outra vantagem, as imagens e as narrativas ficam salvas e ninguém poderia excluir após 15 minutos da publicação - esse tempo é determinado pelos termos de uso e política do Aplicativo.

Fiz o recorte de tempo de dois meses, saindo dos grupos apenas dia 10 de dezembro de 2021, tal recorte foi escolhido por já achar representativo pela quantidade de membros de cada grupo, pela quantidade de informação e pela limitação do tempo. O recorte de três grupos também pareceu suficiente pelos mesmos motivos apresentados nesse mesmo parágrafo.

Pude perceber que mesmo os três grupos de notícias girando em torno da violência, possuem suas particularidades e suas semelhanças. Além do número de participantes, todos os grupos possuíam membros que eram alimentadores, eles enviavam vídeos e imagens violentas com uma maior frequência. Inclusive, um membro do grupo Agora Notícias sempre enviava mídias com a marcação “encaminhada com frequência” (marcação usada pelo WhatsApp para indicar que a mesma mídia foi encaminhada para cinco – ou mais - conversas diferentes), logo supus que ele alimentava outros grupos, mandei mensagem pedindo para ele me adicionar em mais grupos, mas ele não respondeu minhas mensagens.

Falarei das especificidades de cada grupo descrevendo-os e analisando suas dinâmicas neste tópico, mas reservei os casos de maior representatividade e maior interação para o próximo.

O primeiro grupo, Agora Notícias, quando entrei no grupo possuía um administrador que era ligado à página do Instagram e realizava a alimentação do grupo, quando não era ele que enviava a mídia, assim que ele recebia perguntava se o acontecimento era verdadeiro e postava na página do Instagram. O administrador saiu do grupo dia 29 de outubro de 2020. Logo, o grupo perdeu a condição de construção de notícia para página, mas os membros passaram a interagir fazendo mais comentários e houve uma gama de membros que trabalhavam para a alimentação do grupo, mas foi possível notar dois membros que alimentavam com uma maior frequência. O grupo era o que mais utilizava a violência como estigmatização de pessoas - principalmente para se referir aos “bandidos”, expressar o desejo de morte e de linchamentos - e muitas vezes ela era espetacularizada - utilizava-se da violência para fazer humor, entretenimento e para causar medo. O foco desse grupo era a exibição de tortura incorporada a “bandidos” e corpos alvejados e mortos.

O segundo grupo, Informativo IP (grupo de WhatsApp da página Informações Policiais), ele possui uma dinâmica diferente, existe uma descrição no grupo com o número do redator de um blog com o mesmo nome do Instagram e o link. O grupo possui seis administradores, ele era diariamente alimentado por uma administradora e

não havia muitos discursos produzidos por outros membros. O grupo também utilizava do mesmo tipo de mídia que estava tão presente no grupo mencionado anteriormente, no entanto, o foco era as operações policiais e as práticas violentas cometidas por policiais. No grupo, os discursos buscavam justificar a violência cometida pelos policiais e espetacularizá-la.

O terceiro grupo, SAnews, havia menos interações e servia para compartilhamento de links de duas páginas do Instagram (inclusive ao clicar nos links de uma página não aparecia nenhuma publicação, o perfil havia excluído todas as postagens, não consegui identificar o porquê) o grupo possui quatro administradores, uma das administradoras também compartilhava links no grupo Agora Notícias. Existe a possibilidade de ter uma rede que comande esses grupos com uma finalidade política ou econômica, mas não foi possível analisar em uma pesquisa de monografia. O grupo possui uma lista de regras na descrição que proíbe: Alerta blitz, assédio, corrente⁶, discussão, fake news, invasão pv⁷, links de grupos, links vírus, notícias repetidas, palavrão, pornografia, racismo, selfie, resenhas e vendas. A descrição ainda adverte que quando uma postagem não for aceita por ser indevida, o membro será expulso do grupo.

Através do que foi falado, pude coletar as mídias e os relatos para uma pesquisa qualitativa. As práticas sociais de cada grupo serão analisadas no capítulo a seguir juntos às mídias. Exponho e analiso os casos mais representativos agrupados em quatro categorias mencionadas anteriormente e mostrando a relação com as práticas sociais do grupo.

⁶ Mensagem longa que é encaminhada para vários grupos, costumam possuir um teor humorístico ou religioso.

⁷ Não se sabe o significado.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS DADOS

Corpos Descartáveis

O primeiro tópico diz respeito às imagens e contribuições para a construção do “bandido” e produção de vidas indesejáveis - de corpos abjetos como é colocado por Butler (2010). Como é afirmado por Zambon e Lopes (2007), a câmera costuma captar momentos que ocorrem reconfigurações identitárias, as transformações do selfie e até mesmo influencia o imaginário social a produzir estigmas, estereótipos, naturalizações e diversos outros processos.

O que proponho aqui é mostrar que o consumo de imagens de corpos que sofreram violência implica em uma produção de estigmas. Para a análise é pertinente o conceito de *Identidade Virtual* de Goffman (2008), ele se caracteriza como:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. (GOFFMAN, 2008, p.6)

Na presente pesquisa, o “bandido” é o caso extremo que Goffman (2008) menciona. A identidade virtual e o estigma para Elias (2000) e Goffman (2008) fazem com que o indivíduo seja afastado da vida social e deteriore o que Goffman chama de *Identidade Real*. Em consonância com o processo de sujeição criminal (MISSE, 2011), a sociedade acredita que tais indivíduos estigmatizados são essencialmente ruins, sua subjetividade é corrompida e não há um jeito deles se purificarem. O trabalho de campo mostrou que essa estigmatização expande para diversos indivíduos, até mesmo os que não cometem crimes. Pois quando um indivíduo é percebido como “bandido” a sociedade passa a desejar que ele seja violentado antes de haver um julgamento ou uma prova de que ele cometeu uma prática criminal.

Butler (2019) de maneira perspicaz explicitou que, de maneira intencional ou não, os valores morais e éticos do fotógrafo (ou da época) estão presentes na escolha do objeto que será fotografado, no enquadramento feito e até em como o fotógrafo quer passar uma mensagem. Ou seja, a construção da fotografia também está sujeita a contribuir para um olhar que pode vir a ser estigmatizador tanto por parte de quem consome quanto de quem constrói, Butler (2015) aponta que essa manipulação do

Luto social da população funciona como uma estruturação da percepção.

Partindo do parágrafo anterior, a fotografia é capaz de manipular o imaginário social fazendo com que os códigos dos “bandidos” que já se diluem na sociedade - como bem afirma Misse (2010) - acabam deslizando para lugares e pessoas fazendo que indivíduos que possuam determinados signos sejam estigmatizados.

O processo de estigmatização e banalização da violência foi visto a partir do consumo da violência no WhatsApp, o trabalho de campo mostrou como a violência tem o viés identitário. Pois, a violência implica em uma dominação do outro, e como Cucho (2002) afirma, nas disputas sociais as práticas (dentro dessas práticas está o consumo e a violência) dos agente não acontecem apenas de maneira tangível, mas são construídas relações no âmbito do simbólico que acarretam em classificações, hierarquizações e significações nas relações sociais.

Através da etnografia virtual foi possível observar como existe uma criação imagética de pessoas que devem morrer e como corpos transmitem discursos ao estarem em determinadas situações. Pois, como já foi afirmado quando citei Koury (2004), a exposição da violência atinge determinados segmentos da população, o trabalho de campo mostrou que a produção imagética era de corpos negros, precários e que carregavam marcadores identitários que não eram de uma elite econômica, mas de cultura periférica. Na maioria dos casos, os marcadores identitários incrustados nos corpos eram a pele negra - a epiderme em uma sociedade marcada pelo racismo é um dos órgãos mais profundos - e roupas surradas.

A discussão do presente tópico é fruto de análise de casos concretos e das narrativas acerca deles, também são feitos contrastes de diferentes casos para buscar as especificidades das narrativas e das imagens. As análises gerais também não serão deixadas de lado, farei em conjunto com os casos concretos.

O primeiro caso analisado é o de um vídeo compartilhado no grupo Aracaju Notícias, quem compartilhou o vídeo não colocou uma legenda, no entanto o próprio possui uma legenda cravada na imagem escrita: “Roubou Uber?”. O vídeo era de uma pessoa negra, magra, amarrada e sem camisa sendo torturada por outras três pessoas que batiam diversas vezes com um pedaço de pau em suas costas. Mesmo sem qualquer prova de um crime, os consumidores do vídeo passaram a aceitar que o indivíduo era um “bandido” e por ser “bandido” tinha que morrer. Inclusive, acharam a tortura branda:

[14/10/2020 21:32] Lucas: Bem feito
[14/10/2020 21:33] Guilherme: Foi pouco
[14/10/2020 21:33] Guilherme: Um cara q rouba um pai de familia no minimo tem que perder um braço ou uma perna
[14/10/2020 21:33] Guilherme: Até ficar impossibilitado de cometer crimes
[14/10/2020 21:33] Guilherme: Quando n tiver nenhum membro do corpo
[14/10/2020 21:35] Jadson: Foi pouco tinha que bate mas
[14/10/2020 21:49] Gabriel: E mesmo pra não roubar mais
[14/10/2020 21:49] Pedro: Foi pouco mesmo. Nem sangue desceu
[14/10/2020 21:52] Samuel: No mínimo um dedo
[14/10/2020 21:52] Samuel: Arrancado
(Grupo de WhatsApp Agora Notícias, 2020)

Em contraste com esse caso, pôde-se colocar um caso do compartilhamento no grupo Agora Notícias de um vídeo de uma mulher que pisa em um cachorro enquanto ele chora. Os relatos afirmavam que a mulher deveria morrer, Guilherme, o interlocutor citado no parágrafo anterior, disse que aquele tipo de violência estragou o dia dele.

Utilizei o exemplo do cachorro sendo torturado pois vivemos em uma sociedade em que a vida humana é tratada como mais especial que a de outros animais (vide o consumo de carne e teste de produtos na indústria farmacêutica). Portanto, o mesmo interlocutor comemora a morte de um corpo estigmatizado como “bandido” e sente um horror ao ver um cachorro sendo pisoteado, mostra não só uma desumanização do “bandido”, mas um profundo desejo por sua morte.

Os grupos consumiam um alto número de corpos que foram alvejados⁸, torturados pela polícia e por grupos de pessoas, mortes de policiais, mortes de cidadãos e confrontos armados. Em consonância com a discussão inicial do tópico, pôde-se observar que os casos que geraram revolta ou uma insatisfação eram só imagens de práticas violentas incorporadas a crianças (como no caso de um vídeo e fotos de uma criança que foi espancada), de “bandidos” violentando o cidadão comum, animais e policiais.

No entanto, quando a violência era incorporada a um corpo que correspondesse ao imaginário social como “bandido” (pele negra, magro, roupas surradas e possui tatuagens, essas características não são determinantes, mas as pessoas não questionavam ou demonstravam qualquer posição contrária quando o

⁸ Morta com vários tiros para chocar ou passar uma mensagem.

indivíduo apresentava esse corpo do imaginário social), a violência era legitimada e comemorada.

Não só a violência tem uma carga identitária, mas o consumo também. A violência implica em uma dominação de um indivíduo ao outro, sempre com uma carga simbólica. Quando a violência é sistêmica e não é um caso isolado cria-se uma produção de corpos descartáveis, tais corpos são receptáculos de identidades que perdem na luta simbólica e não são reconhecidos como humanos.

Como já foi dito anteriormente, a mídia brasileira tem um histórico de se aproveitar da violência para fazer diversas reportagens, esse tipo de histórico estrutura o imaginário social brasileiro, fazendo com que corpos fotografados e filmados não sirvam apenas para uma naturalização da morte violenta, mas também uma espetacularização, uma comemoração que assemelha-se quando pessoas eram jogadas aos leões na Grécia.

Bosco (2017) afirma que as redes sociais digitais após 2013 surgem como o novo espaço público do povo brasileiro, elas funcionam como um espaço de sociabilidade para discussão e tiram o monopólio das notícias da mídia tradicional. Elas junto ao consumo da violência (como já foi falado o consumo serve como sociabilidade e possui uma função hierarquizada) produziram um espaço para que agentes se organizem em torno de um ambiente para consumir violência e reproduzir as estigmatizações da mídia.

O consumo e compartilhamento da violência serve como uma produção do outro, pois como é dito por Woodward (2000, p.18) “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído.”. Quando imagens de violência são compartilhadas elas sempre têm o corpo como elemento fundamental, pois como é abordado por Butler (2015) a violência só é possível porque ela é incorporada a um corpo.

Ennes e Marcon (2014), em consonância com Woodward (2000), mostram que marcadores sociais estão presentes no corpo e podem ser roupas, cor da pele e demais aspectos incorporados. O consumo de imagens contendo tais marcadores e a reação dos consumidores implica em uma produção de alteridade, de hierarquização e da afirmação de si em prol a uma eliminação do *outro*. Com a autonomia que as redes sociais dão aos consumidores, os próprios usuários constroem seus espaços de consumo e afirmação de si. Antes a exposição da sociedade da violência era centralizada pela mídia tradicional, hoje os agentes se organizam para poder consumir

em diversos microcosmos diferentes, tal fenômeno não só é reflexo de uma maior individualização da sociedade, mas também como o consumo da violência atinge um caráter identitário e separa indivíduos “puros” de “contaminados”.

A Justiça Paralela

Como apontado por Martins (2015) os linchamentos vêm ganhando cada vez mais notoriedade na sociedade brasileira, apesar de não ser uma novidade, o número de casos cresceu bastante nas últimas décadas. Dois grandes motivos identificados por Martins (2015) para tais linchamentos terem ocorrido foi por motivos políticos ideológicos e por motivos raciais.

Apesar desses dois motivos possuírem grande relevância social e sociológica, opto por analisar os linchamentos contra indivíduos que foram sujeitados como “bandidos”. Como falado anteriormente, o processo de sujeição criminal (MISSE, 2010) considera que a subjetividade do indivíduo foi corrompida e que por isso eles devem ser eliminados, o que pude perceber, é que quando o Estado não faz, a população tenta fazer.

No trabalho de campo pude observar três casos, o primeiro, foi do caso de estupro que já foi mencionado aqui - o que me motivou a analisar os grupos de WhatsApp. Nesse primeiro caso, relataram o desejo de ser a pessoa que estava filmando o ocorrido, pois iriam agredir o sujeito e matá-lo. Logo após, houve um relato de que o mesmo foi visto rondando em um povoado do Município de Socorro e que pessoas afugentaram ao tentar linchá-lo, houve uma série de reações em todos os três grupos, elas esboçam um desejo dele ser capturado, torturado e morto - dois indivíduos expressam o desejo de realizar com as próprias mãos.

No decorrer do trabalho de campo, apareceram mais dois casos. O primeiro, foi de uma pessoa que era espancada a socos e pontapés, mais uma vez acusada de estupro. Esse caso repercutiu no Informativo IP e no Agora Notícias, depois que foi recebida a notícia de que a pessoa era inocente, ninguém se manifestou nos grupos.

Alguns dias depois, no Agora Notícias, foi postada uma notícia de um homem que estuprou a sobrinha, logo após, postaram uma imagem do mesmo ensanguentado e com marcas pretas como se fosse carbonizado. No grupo houve muitos relatos apoiando a prática com o homem que estuprou. Também foram observados comentários reacionários a partir dessa postagem, falando que a esquerda e os direitos

humanos pregam incesto e defendem que estupradores são vítimas da sociedade.

O crime organizado comumente chamado de “Estado Paralelo” costuma exercer julgamentos a quem desobedece suas leis, no grupo Agora Notícias foi compartilhado um vídeo de dois indivíduos cortando três dedos do sujeito para marcá-lo como “bandido” e ensinar uma lição para não roubar naquela área. O caso mencionado no tópico anterior (o do homem que foi torturado) pode ser visto como uma tentativa de vingança sem uma grande articulação de indivíduos para passar uma lição do que é moralmente errado, mas esse mostra uma organização tirando o grande monopólio da violência do Estado e sendo legitimada enquanto organização por parte da sociedade. O que é pertinente nesse caso, além do aspecto geral de todo o tópico, é que são indivíduos organizados que passam por uma sujeição criminal e incorporam em outros sujeitos o estigma de “bandido” através de uma marcação no corpo.

Outro caso pertinente é o de um homem que agrediu a ex companheira em Aracaju, ele foi gravado desferindo vários socos no rosto dela, dias depois um dos alimentadores do Agora Notícias enviou uma mensagem com uma foto do rosto do homem com a seguinte legenda: “Tá aí galera, marcou um rosto e teve um rosto marcado”. Nesse caso é pertinente observar a relevância do processo de significação do rosto e como ele tem uma alta carga simbólica. A fotografia e a mensagem mostram como a vingança foi incorporada intencionalmente no rosto.

Em consonância com a perspectiva de Michel Misse (2010) sobre sujeição criminal, Martins (1996) aponta que o linchamento se caracteriza por um processo de desumanização do sujeito, essa desumanização acontece através da incorporação de rituais de exclusão:

Essas práticas indicam que estamos em face de rituais de exclusão ou desincorporação e dessocialização de pessoas que, pelo crime cometido, revelaram-se incompatíveis com o gênero humano, como se tivessem exposto, por meio dele, que nelas prevalece a condição de não-humanas. As mutilações e queimas de corpos praticadas nesses casos são desfigurações que reduzem o corpo da vítima a um corpo destituído de características propriamente humanas. São, portanto, rituais de desumanização daqueles cuja conduta é socialmente imprópria. (MARTINS, 1996, p. 20)

Para analisar os casos também é pertinente o conceito de *microfísica do poder* (Foucault, 2009) que é central na teoria foucaultiana, ele se refere a relações de poder que cercam todos os indivíduos e são estabelecidas de maneira desigual em diferentes relações graças a seus pontos de apoio. Esse poder não emana dos indivíduos, pois possui caráter totalmente relacional, já que para Foucault estar em

relação social é manter poder e possui um caráter rizomático, ou seja, tende a multiplicar-se fazendo com que o poder se perpetue de diferentes formas.

Também é importante levantar o conceito de *biopoder*, que é a relação de poder direcionada ao corpo a fim de discipliná-lo para docilizar. O *biopoder* é gerado por mecanismos de controle e busca uma espetacularização da violência devido ao seu valor simbólico, pois a dominação do corpo implica em uma dominação da vida e aplica um padrão de conduta certa a partir do ideal lição social (FOUCAULT, 2009).

Para Foucault (2009) a violência é espetacularizada para apontar o que não deve ser feito, para causar medo ou vergonha alheia. Dito isto, é possível notar que o suplício ainda é presente na sociedade brasileira, as imagens e as narrativas mostram uma necessidade de marcação dos corpos. No entanto, o suplício não é regido pelo Estado, mas pela sociedade civil. Os casos mostram como o sofrimento e a marcação corporal é importante nas penas da justiça paralela, também é mostrado que quanto pior o crime, maior será a dor e o sofrimento - vide o caso dos estupradores e do homem que foi acusado -, os grupos de WhatsApp funcionam para uma propagação maior das lições e para gerir o desejo de justiça paralela.

Os Policiais

Neste tópico abordo um tema que foi recorrente em todos os três grupos, mas era bem mais recorrente do Informativo IP. Todos os grupos tinham postagens de abordagens e de violência policial, e em todos eram valorizados, os casos de abuso de poder sempre eram vistos como chistes ou heróicos. Os policiais nos grupos são tratados entre três extremos: como vítimas, como heróis e como humoristas.

Para discutir a primeira imagem, a de vítimas, trago dois casos emblemáticos e que geraram grandes reações, ambos aconteceram no Agora Notícias. São dois casos de policiais à paisana que foram assaltados e mortos quando os indivíduos souberam que eles eram policiais. As fotografias e vídeos eram montados com um tom dramático para que os consumidores se sensibilizem e justifiquem mortes causadas pela polícia. Os interlocutores criavam narrativas ao consumirem as mídias apontando que era culpa dos direitos humanos e da esquerda que não deixavam os policiais matarem os “bandidos” e por isso eles

morriam cada vez mais, sendo vítimas de uma legislação e de movimentos políticos de esquerda.

A segunda imagem, a de heróis, era construída nas filmagens e fotografias de abordagens policiais em todos os grupos. No grupo, Informativo IP e SAnews eram postadas apreensões dos policiais com as insígnias dos pelotões ao lado, produzia uma ideia de troféu. Dentro da imagem do herói também entra a imagem de justiceiro, quando postam vídeos de policiais matando pessoas, os consumidores valorizam e afirmam que “bandidos” merecem isso.

A terceira imagem, a de humoristas, são vídeos de policiais abusando da sua força para agredir indivíduos moralmente e fisicamente. Trago dois casos emblemáticos: O primeiro, policiais abordaram dois jovens que estavam usando maconha e fizeram um bater na cara do outro sucessivamente e se caso não fizessem isso, o policial bateria mais forte. O segundo, dois policiais abordaram um homem e uma mulher por receptação de carga roubada, ambos iriam para um motel e os policiais fizeram a mulher falar que ela era casada com um amigo do homem abordado e que iria traí-lo. Todo esse constrangimento e violência eram vistos como entretenimento e os consumidores reagiram com “kkkkkk⁹” e justificam as abordagens com frases como “Tem que fazer isso mesmo”.

As considerações de Butler (2019) sobre a produção de imagens acerca da guerra contra o Iraque são pertinentes para pensar a ocultação do sofrimento. A construção da imagem de vítima da legislação, dos direitos humanos e dos movimentos de esquerda cria um sentimento de luto, mas não é um reconhecimento de vulnerabilidade física comum, é o luto por substituição e cunhado pelo sofrimento que implica em uma desvalorização de vidas em prol de outras. Também implica em uma justificativa de mortes e abuso de poder aplicada a parte da população. O sentimento de patriotismo e heroísmo criado à imagem do policial também implica em uma justificativa de mortes, pois heróis costumam viver de êxitos e os patriotas sempre estão a serviço do povo e do país. Como Butler (2018) argumenta, “estar a serviço do povo” fornece uma camuflagem discursiva para que atuem com determinados fins políticos sem serem percebidos ou ocultação de um luto da sociedade por determinados corpos.

Quanto aos chistes, eles são utilizados para sublimar o sofrimento e a dor,

⁹ Expressão que indica riso.

tais processos geram riso e humor. A violência policial se transforma em entretenimento para alienar os consumidores, o riso e o humor toma o que deveria ser uma reflexão sobre a dor.

A Caça Aos Rostos

A fotografia foi inventada, na França, por J. Niépce, em 1824, aperfeiçoada por L. Daguerre (1787-1851) e caiu em domínio público no ano de 1839. Alguns anos depois tira o monopólio da pintura, por conta da facilidade de fazer o registro e o custo, relativamente baixo. A fotografia oferece uma praticidade que dá a qualquer indivíduo a possibilidade de captar uma representação da sua existência em diferentes fases da vida. A invenção da fotografia coincide com a Revolução Industrial, época que modificou o sentimento de pertencimento dos indivíduos ao local, provocou o êxodo rural, assim intensificando os movimentos geográficos, deixou a urbanização acentuada e aumentou a noção de individualidade própria, agitando e deixando mais complexos os processos identitários (LE BRETON, 2019).

A fotografia logo foi apropriada pelos jornalistas e pela polícia, através dela passou a acontecer um controle maior do Estado e das pessoas acerca de crimes e registros afins, principalmente por fotografias dos rostos (LE BRETON, 2019). Apesar de ser uma parte tão pequena do corpo, o rosto é capaz de gerar muita discussão e é a parte que é mais fácil para identificar o outro. Não vou me estender nesse tópico sobre os processos de significados incorporados no rosto, pois já existe uma discussão no segundo capítulo, aqui irei discutir sobre como a imagem do rosto era compartilhada e consumida nos grupos.

Antes de adentrar na discussão sobre a existência de um rosto na fotografia, gostaria de pontuar que a ausência dele também causa um impacto negativo. Como mencionei anteriormente, o rosto pode significar o reconhecimento de alguém e pode servir como um valor positivo, mas aqui falo dos corpos abjetos, dos corpos que não têm reconhecimento, dos corpos que foram mortos e que sua morte não causou um luto na sociedade.

A ausência de rostos acontecia em corpos que eram alvejados, linchados e que passavam por processos que desfiguravam. O compartilhamento e consumo não era baseado em uma empatia pelo outro ou por qualquer sentimento de

sensibilidade, mas pelo contrário, o corpo não era visto como um indivíduo por ausência do rosto, acontecia um processo de desumanização e de perda de identificação.

O rosto também serviu para estigmatizar pessoas que eram procuradas, houve três casos no grupo Agora Notícias de pessoas enviando fotos de rostos de indivíduos que aplicaram estelionato, houve uma fotografia de rostos em todos os três grupos de um casal que era acusado de espancar a filha e na legenda dizia “vamos deixar esse casal famoso”.

Nos grupos havia inúmeras fotografias, no entanto, elas correspondiam a perfis específicos. As fotografias eram de “bandidos” que foram mortos, de pessoas que eram criminosas e estavam foragidas e de pessoas que eram suspeitas. A fotografia do rosto serve para estigmatizar determinados indivíduos (quase todos eram jovens negros) e os grupos de WhatsApp proporcionam uma velocidade nunca antes vista, fazendo com que se torne uma caça muito efetiva porque espalham muitas informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações teóricas sobre corpo e a inserção no campo, foi possível concluir que o corpo toma centralidade na sociedade devido ao seu caráter de incorporação e sua dimensão invariavelmente pública, ou seja, expõe ao olhar do outro, é responsável pela percepção, é sensível à violência e a morte, e também implica agência e poder de transformar a vida social.

Apesar do trabalho de campo não compartilhar o mesmo espaço geográfico com os interlocutores, os registros utilizados para análise só podem ser criados a partir de capturas do corpo, pois quando fotos eram tiradas ou vídeos eram feitos, eles eram direcionados sempre ao corpo, não se capturava grito, choro, a dor, agressão ou morte, mas corpos que gritam, que choram, que incorporam dor, sofrimento, agressão e a própria morte também é incorporada.

Além dos rostos expressarem sentimentos, dor, precariedade e demais processos que são incorporados ao processo de precarização da vida, os rostos também servem para uma identificação, estigmatização e procura do outro.

Além de reflexões sobre o corpo do interlocutor e suas emoções, afirmo que a sociologia deve estender-se também ao corpo do pesquisador para fazer uma reflexão do seu processo de contato com o campo, nesse caso, foi sobre corpo e emoção, mas a dimensão pode ir além, desde que não as tome como dado principal e sim como material para uma reflexão sobre a pesquisa e as práticas sociais do campo e dos seus próprios valores.

A discussão teórica sobre violência permitiu uma reflexão sobre compreendê-la como categoria e não como um conceito, também possibilitou trabalhar com o tema consumo de violência de uma maneira mais reflexiva para possibilitar um melhor trabalho com os dados. Também foi importante compreender a violência como uma representação, pois possibilita que a pesquisa não tenha aderência a modelos que justifiquem a mesma, podendo produzir ou normatizar as práticas sociais que são consideradas violentas.

Discutindo sobre as representações da mídia brasileira sobre violência foi possível refletir sobre os efeitos de estruturação da mídia sobre a percepção social dos indivíduos e sobre como a sociedade brasileira possui um histórico de exposição de casos com espetacularização e exibição de maneira seriada de casos bastante violentos. Também foi possível constatar que a exibição de violência aumenta o

medo e ganha mais audiência. A partir do advento das redes sociais, a exibição da violência aumentou em frequência, quantidade e variedade, pois vivemos em uma sociedade em que as pessoas estão sempre em contato com a notícia e com o outro através dos seus smartphones.

A partir das considerações teóricas e observações empíricas sobre consumo de violência foi possível concluir que o eixo central da vida moderna que conhecemos é o consumo e esse efeito estruturante e global influencia até no microcosmo de grupos de WhatsApp e diversos aspectos da vida social podem ser consumidos, até a destruição do ser.

O sofrimento social tornou-se uma mercadoria e sua disseminação implica em discursos intervencionistas, de banalização e de estigmatização. Todos esses três tipos de discursos afetam a subjetividade dos indivíduos e implicam em uma desumanização do “bandido” que está ligada aos processos identitários. Tais discursos produzidos dentro desses espaços de sociabilidade são um meio de produzir hierarquização pela alteridade criada na relação *nós e eles*, tratam os “bandidos” como essencialmente ruins para buscar uma afirmação de si.

Os discursos intervencionistas se caracterizam por ações da população, cobranças e apoio ao uso de força excessiva de policiais, como no caso dos linchamentos e da valorização de agressão a “bandidos”. Para esse discurso, necessita-se de uma violência maior para gerar desfiguração do corpo e morte, para e assim conter as práticas violentas dentro da sociedade, pois para os produtores desse discurso, algumas vidas são mais legítimas que outras e existem corpos que precisam ser descartados.

Os discursos de banalização foram vistos como a violência possui um tom de humor ou como ela é tratada sem um luto dos consumidores e da sociedade. O consumo em excesso de violência - como foi visto no campo - e quando ela não é exibida com um teor ético e preocupado em criar uma ambientação para o processo de luto, ela transforma a violência em algo banal, corriqueiro que faz parte da rotina, claro que essa é a violência incorporada a vidas inomináveis, corpos que são jogados a morte e que ninguém se preocupa em exibir a vida do indivíduo que está além da prática violenta, transformando o consumo da imagem em um fetichismo.

Os discursos de estigmatização são direcionados a quais indivíduos devem morrer ou serem violentados. Além de produzir uma lógica de que todo indivíduo que corresponde a um corpo periférico (magro, masculino, negro e com roupas surradas)

e aparece uma pessoa praticando ou sofrendo violência é “bandido”, e por ser “bandido” deve ser exterminado ou torturado. Um aspecto relevante que pôde-se observar é que a estigmatização de “bandido” não era ligada só a práticas violentas, ela também possuía um perfil socioeconômico que geralmente era ligada ao homem negro e periférico.

Tendo em vista tudo que foi explicitado, concluo a presente pesquisa afirmando que busquei me debruçar pelo aspecto carnal da vida que é fundamental para violência, pensar como o corpo produz significações, como ele está em relacionado a dinâmicas de poder, como é consumido, quais processos são incorporados e sobretudo exercitar um conhecimento pelo corpo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Francyne dos Santos; SILVA, Cristiane Moreira da; RIBEIRO, Rosilene. O “Menor Infrator” na Mídia: Etnografia da Criminalização da Pobreza no G1. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 40, e217509, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932020000100152&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Jan. 2021. Epub Dec 09, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003217509>.

BAUDRILLARD, Jean. A Sociedade de Consumo. [S. l.]: Edições 70, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Vida Para Consumo: A transformação das Pessoas em Mercadoria. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BAUMAN, Zygmunt. Tempos Líquidos. 1. ed. [S. l.]: Zahar, 2007.

BENJAMIN, Walter. (2011), “Para uma crítica da violência”. Em: **Escritos sobre mito e linguagem** (1915-1921). São Paulo, 34, pp. 121-156

BOSCO, Francisco. A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989

BOURDIEU, Pierre.. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997

BOURDIEU, Pierre. **Notas provisórias sobre a percepção social sobre o corpo**. Proposições. v. 25, n. 1 (73), jan./abr. 2014. p. 247-258.

BOURDIEU, Pierre. **O conhecimento pelo corpo**. In: _____. *Meditações Pascalianas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 157-198.

BRUCKMAN, A. Teaching Students to Study Online Communiities Ethicacally. In: **Journal of Information Ethics**, 2006.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida Precária: Os Poderes do Luto e da Violência**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos Em Aliança E A Política Das Ruas: Notas Para Uma Teoria Performativa De Assembleia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018..

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**, sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”, Alcira Bixio, Paidós, Buenos Aires, 2010.

Castells M. **A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra; 2008.

Carvalho DW, Freire MT, Vilar G. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. 2012;31(5):435–8

CUCHE, Dennys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. Ed. Bauru/SP, 2002.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. 1. ed. [S. l.]: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Nobert.; SCOTSON, J.I. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador Volume I**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990a.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador Volume II**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990b.

ENGELS, Friedrich. (2015), **Anti-Duhring: A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Duhring**. São Paulo, Boitempo.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 36. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28. ed. [S. l.]: Paz & Terra, 2014.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Fotografia e interdito. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 129-141, Feb. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100008>.

LE BRETON, David. **Sinais de identidade: tatuagens, piercings e outras marcas**

corporais. Lisboa: Miosótis, 2004

LE BRETON, David. ANTROPOLOGIA DA FACE: alguns fragmentos. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, v. 1, n. 47, p. 153-169, 7 mar. 2018a.

LE BRETON, David. **Antropologia das Emoções**. [S. l.]: Vozes, 2019a.

LE BRETON, David. **A Sociologia do Corpo**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LE BRETON, David. **Adeus ao Corpo**. Papirus Editora, Campinas, SP, 2018b.

LE BRETON, David. **Rostos: ensaio fotográfico**. Petrópolis: Vozes, 2019b.

LÊNIN, Vladimir. (2007), **O Estado e a revolução**. São Paulo, Expressão Popular.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. (1993), "Violência urbana: Representação de uma ordem social". Em: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro [e] BARREIRA, Irllys (orgs). **Brasil urbano: Cenário da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro, Notrya, pp. 131-142.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos: A Justiça Popular no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MARTINS, José de Souza. Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora.

Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8 (2): 11-26, outubro de 1996.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. [S. l.]: Penguin, 2012.

MEDEIROS, Alba Regina Silva et al . Uso de redes sociais virtuais na vigilância da violência no trabalho sofrida por agentes comunitários de saúde. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo , v. 45, e7, 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572020000100202&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Jan. 2021. Epub May 29, 2020. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000045818>.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. Dilemas-**Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 1, p. 45-63, 2016.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, São Paulo , n. 79, p. 15-38, 2010

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003>.

MORAIS, Driane Fiorentin de; DIAS, Felipe da Veiga. Do poder de mídia e as violações de Direitos Fundamentais: um debate acerca dos limites da liberdade de imprensa e a exposição de crianças ao culto da violência. **e-Pública**, Lisboa, v. 6, n. 3, p. 137-148, dez. 2019. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-184X2019000300010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 jan. 2021.

PONTES, N. L. **Os motivos de tais fotografias: os usos sociais da fotografia para uma leitura sociológica do mal**. REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO, v. 1, n. 40, 12 ago. 2014.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 152-171, Dec. 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222002000200007>.

PORTO, Maria Stela Grossi. (1999), "A violência urbana e suas representações sociais: O caso do Distrito Federal". **São Paulo em Perspectiva**, Vol. 13, no 4, pp. 130-135.

PRINS, BAUKJE; MEIJER, IRENE COSTERA. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, Jan. 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>.

SIMMEL, G. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. [S. l.]: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. **Sobre a Fotografia**. 1. ed. [S. l.]: Companhia das Letras, 2004.

SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. Petrópolis, Vozes. 1993

VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana: Um Estudo de Antropologia Social**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

WACQUANT, Loïc. ELIAS NO GUETO. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 10-11, p. 213-218, dec. 1998. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39285/24104>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma**. 1. ed. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.

WACQUANT, Loïc. HABITUS COMO ASSUNTO E FERRAMENTA: reflexões sobre tornar-se um boxeador. **Estudos de Sociologia**, [S.l.], v. 2, n. 17, mar. 2013. ISSN 2317-5427. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235214/28240>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

WEBER, Max. (1991), **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**, Vol. 1. Brasília, Editora UnB.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. **Metodologia das ciências sociais**, v. 4, 2001.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, T. S. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAMBON, Michele; LOPES, Dirce Vasconcellos. A fotografia como modo de representação da identidade: dos cartões de visita de Disdéri ao ciberespaço. **Discursos Fotográficos**, [s. l.], v. 3, ed. 1, 2007.

ZANINI, Débora. Etnografia em Mídias Sociais. In: SILVA, Tarcizio; STABILE, Max. **MONITORAMENTO E PESQUISA EM MÍDIAS SOCIAIS: METODOLOGIAS, APLICAÇÕES E INOVAÇÕES**. 1. ed. São Paulo: UVA, 2016.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, June 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000200002>.